



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

**RELATÓRIO DE REVISÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

DO

MUNICÍPIO DE ÉVORA

2018

ABRIL DE 2019



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Índice

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 NOTA INTRODUTÓRIA	4
1.2 COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO	5
1.3 RESPONSABILIDADES	5
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	7
2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA	8
2.1 AVALIAÇÃO DO RISCO	8
2.1.1 RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE	8
2.1.2 RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E RISCOS RELACIONADOS COM FRAUDE E ERRO	8
2.1.3 NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA	9
2.2 MATERIALIDADE	9
2.2.1 DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE	9
2.2.2 CÁLCULO DA MATERIALIDADE	9
2.3 METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA	9
3. INDEPENDÊNCIA	10
4. CONCLUSÕES	10
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
6. TRABALHO EFETUADO, NOTAS E COMENTÁRIOS (SINTESE)	12
6.1 Execução orçamental	14
6.1.1 Orçamento	14
a) Orçamento inicial	14
b) Modificações do Orçamento	14
c) Receitas	15
d) Despesas	16
e) Fundos disponíveis	17
f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros	17
g) Equilíbrio Orçamental	18
6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos	20
6.1.3 Execução do plano de atividade municipal	20
6.2 Análise Patrimonial	21



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2.1 Balanço.....	21
a) Ativo.....	21
b) Fundos próprios.....	22
c) Passivo.....	22
d) Endividamento.....	23
6.2.2 Demonstração dos resultados.....	24
6.3 Análise das Principais Contas.....	25
6.3.1 Imobilizado.....	25
a) Bens de domínio público, Imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros.....	25
b) Amortizações e Provisões.....	27
6.3.2 Existências.....	28
6.3.3 Dívidas a receber.....	28
6.3.4 Disponibilidades.....	32
6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos.....	33
6.3.6 Fundo patrimonial.....	33
6.3.7 Passivos antes de acréscimos e diferimentos.....	34
6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos.....	39
6.3.9 Provisões para cobranças duvidosas e contingências.....	41
6.3.10 Custos e perdas.....	42
Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	42
Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	43
Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES.....	44
Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL.....	44
Conta 65 – OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS.....	45
Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	45
Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS.....	46
Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS.....	46
6.3.11 Proveitos e ganhos.....	47
Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	47
Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS.....	48



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	48
Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	49
Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	49
7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E RECEBIMENTOS EM ATRASO	50
7.1 Indicadores de Gestão.....	50
7.2 Endividamento/Dívida Total.....	50
7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso.....	52
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	52
9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS.....	53
11. AGRADECIMENTOS	56



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

MUNICÍPIO DE ÉVORA

EXERCÍCIO DE 2018

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

1.1 NOTA INTRODUTÓRIA

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos à auditoria às contas do **Município de Évora**, relativas ao período económico de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as normas internacionais de auditoria de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitiremos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de 16 de abril de 2019.

O nosso exame às demonstrações financeiras do Município, constitui um exame completo. A finalidade deste relatório é relevar os principais pontos-chave, conclusões e recomendações decorrentes da nossa auditoria às contas da entidade.

Realçamos, o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios, nomeadamente:

- ✓ Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/0213, de 3 de setembro);
- ✓ Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);
- ✓ Legislação inerente à legislação dos contratos públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro);
- ✓ Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL);
- ✓ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho); e
- ✓ Lei que Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (Lei nº 83/2017, de 18 de agosto).

1.2 COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO

O nosso entendimento é que o órgão de gestão está consciente das matérias contidas neste relatório.

Com o objetivo de cumprimento da norma internacional de auditoria ISA (*International Standards on Auditing*) 260 — Comunicação das matérias de auditoria com os encarregados da "Governance", é-nos recomendado relatar à administração os "findings" do nosso exame, em particular, os relacionados com:

- ✓ Aspectos qualitativos das práticas contabilísticas da entidade e do seu relato financeiro;
- ✓ O esboço final da declaração do órgão de gestão;
- ✓ Erros e omissões não ajustadas;
- ✓ Matérias especificamente exigidas por outras normas de auditoria, a serem comunicadas aos encarregados da governação (tais como a fraude e o erro);
- ✓ Modificações previstas ao relatório do revisor oficial de contas;
- ✓ Fraquezas materiais no sistema contabilístico e nos sistemas de controle internos; e
- ✓ Outras matérias relevantes e materiais que se relacionem com a nossa revisão das contas.

Aproveitamos também a oportunidade para comentar o desempenho orçamental do Município e para confirmar a nossa integridade, objetividade e independência profissionais.

Consideramos que uma comunicação eficaz com os responsáveis-chave da entidade para efeitos do nosso trabalho de auditoria, é um ponto-chave para o seu sucesso, pelo que agradecemos todo o empenho, colaboração e as prontas e eficazes respostas às questões realizadas no decurso dos nossos trabalhos.

1.3 RESPONSABILIDADES

O órgão executivo do Município é responsável pela:

- elaboração e aprovação das demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL;
- elaboração e aprovação do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às atividades e tomar as medidas adequadas ao seu cumprimento.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar os documentos de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL;
- concluímos, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Município para dar continuidade às suas atividades. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL; e
- comunicamos entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O Município de Évora, pessoa coletiva territorial dispõe de diversas atribuições, no âmbito da legislação que lhe está associada.

Detêm uma área de 1.307,0758 Km², com um número de habitantes de 53.294 e de eleitores de 47.923. O número de pessoas ao serviço no final do ano de 2018, foi de 1.106 pessoas, mais 84 do que no ano anterior.

O sistema informático utilizado no Município para a organização contabilística está assente no ERP – MEDIDATA, em particular o Sistema de Contabilidade Autárquica, aplicação esta que visa a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais. Para além das capacidades de processamento contabilístico emanadas do POCAL (Decreto-Lei nº 54-A/99, de 2 de fevereiro), o sistema permite responder de uma forma integrada e eficiente, às necessidades contabilísticas, de prestação de contas e de gestão administrativa de atividades municipais. Para garantir a coerência e fiabilidade de dados e uma maior economia e rapidez de processamento, tem um funcionamento integrado com vários outros módulos aplicativos.

Todos os registos contabilísticos têm suporte informático e documental, e são arquivados por numeração sequencial e ordem de classificação orgânica e económica em pastas próprias.

O Município reviu o regulamento de controlo interno, adaptando-o à estrutura organizacional e às necessidades a que o Município tem de responder, tendo o mesmo entrado em vigor em 01/10/2018.

Remetemos para o anexo às demonstrações financeiras - Caracterização da entidade, outras referências de enquadramento organizacional e estrutural.

2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA

2.1 AVALIAÇÃO DO RISCO

2.1.1 RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE

Na avaliação do risco para compreender a entidade e o seu ambiente tomámos em consideração os seguintes aspetos:

- ✓ Fatores setoriais de regulação e outros fatores externos relevantes;
- ✓ Natureza das operações;
- ✓ Propriedade e estrutura de governação;
- ✓ Tipos de investimentos efetuados e a efetuar;
- ✓ Modo como a entidade está estruturada e é financiada;
- ✓ Políticas contabilísticas aplicadas pela entidade, incluindo as razões para alterações às mesmas;
- ✓ Objetivos e estratégia da entidade e os respetivos riscos de negócio que podem resultar em riscos de distorção material;
- ✓ Mensuração e revisão do desempenho orçamental e financeiro da entidade.

2.1.2 RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E RISCOS RELACIONADOS COM FRAUDE E ERRO

Na avaliação do risco, realizamos (i) as indagações consideradas apropriadas à gestão e a outras pessoas da entidade que, em nosso entender, podiam ter informação que ajudasse a identificar os riscos de distorção material devido a branqueamento de capitais, fraude ou erro; (ii) procedimentos analíticos e (iii) observações e inspeções.

Para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, realizámos indagações aos responsáveis da governação sobre a existência de um sistema de controlo interno adequado e se os colaboradores se encontram devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria.

Tomámos em consideração o definido na ISA (*International Standards on Auditing*) 240 - As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras, sustentada em dois pilares fundamentais a saber: - Manipulação das demonstrações financeiras; e - Apropriação indevida de ativos.

Mantivemos ceticismo profissional sobre as matérias em análise e até à presente data não foram identificadas situações que requerem ser reportadas às autoridades competentes.

2.1.3 NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA

Encontrando-nos perante uma auditoria recorrente, foi-nos possível obter um nível de confiança razoável, através da análise ao sistema de controlo interno e a nível de risco definido para cada uma das áreas. Assim, face ao exposto e tendo em atenção a materialidade definida, consideramos para o trabalho de auditoria no Município, para o ano de 2018, um **Risco Global Médio**.

2.2 MATERIALIDADE

2.2.1 DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE

Para a definição dos critérios para a determinação da materialidade associada a este trabalho, tomámos em conta as melhores observações que efetuámos e que justificadamente entendemos como as mais adequadas face ao tipo de Entidade em análise.

2.2.2 CÁLCULO DA MATERIALIDADE

Face ao exposto, o valor da materialidade inicial para o Município foi calculado, com base nas demonstrações financeiras de 2017, não tendo existido necessidade de efetuar uma revisão à materialidade final, face às demonstrações financeiras finais de 2018.

Foram considerados como não reportáveis os ajustamentos que não excedam 2% da materialidade global.

2.3 METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros os seguintes aspetos:

- (1) Foram realizadas reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo-se solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) A execução obedeceu às Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) emanadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC), complementadas pelas normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

3. INDEPENDÊNCIA

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e da IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos internos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria/revisão.

A avaliação das ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente aos requisitos de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Nestas circunstâncias, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

4. CONCLUSÕES

Auditámos as demonstrações financeiras do **Município de Évora**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de **197.727.723,82€** e um total de fundos próprios de **111.550.916,12€**, incluindo um resultado líquido positivo de **2.186.031,46€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **46.463.399,82€** de despesa paga e um total de **48.499.801,58€** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do **Município de Évora**, em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais, ainda neste exercício.

Analisámos o Relatório de Gestão, elaborado pelo Órgão Executivo, tendo-se verificado que o mesmo satisfaz na generalidade os requisitos legais, estando em conformidade com as Demonstrações Financeiras do Exercício.

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- No final do exercício de 2017 e em 2018, foi efetuada uma alteração e melhorias ao nível do sistema de faturação e arrecadação da receita da água. Neste sentido a área de disponibilidades, merece uma reestruturação adequada. Propomos a revisão de todos os procedimentos, encerramento de caixas e controlo de maior profundidade nesta área.
- O Município não apresenta pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento apresentado é de 99 dias.
- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85% apresentando no ano de 2018 uma execução de 81%.

- No âmbito da dívida total, verificou-se uma redução de 1 milhão de euros (- 1,46%), face a 2017 e no período entre 31/12/2013 e 31/12/2018, uma redução de 15,3 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 10,61%.

O valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) deve situar entre os 40 milhões e os 60 milhões de euros.

A dívida total do Município a 31/12/2018 ascende a cerca de 68,5 milhões de euros, correspondendo 65,7 milhões ao Município e 2,8 milhões de suas participadas.

Decorrente do ARD, e nos termos do art.º 90º, da LOE/2019, foi solicitada autorização de exceção quanto ao agravamento da dívida, por via do sistema das águas, estando o Município a aguardar a resposta dos Membros do Governo (Finanças/Autarquias/Ambiente).

- Neste exercício deu cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, sem recurso a cláusula especial.
- Apresenta fundos disponíveis na sua maioria positivos.
- Dando continuidade aos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, apresenta declaração dos compromissos plurianuais existentes no final do exercício, no total de 87,5 milhões de euros.
- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de Gestão.

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras referidas no ponto 4. deste relatório.

6. TRABALHO EFETUADO, NOTAS E COMENTÁRIOS (SÍNTESE)

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos relevantes. Todas as referências monetárias estão expressas em euros.

Nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Extraordinária a realizar em de 17 de abril de 2019, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2018, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes procedimentos de revisão e auditoria:

- Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
- Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
- Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
- Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31 de dezembro de 2018, teste das conciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
- Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a documentação emitida pelas Instituições e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2018;
- Solicitação direta a Advogados/Juristas, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;

- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da adequabilidade das provisões para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2018;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitante a montantes a receber e cuja liquidação apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2019;
- Verificação do método adotado para a contabilização das participações recebidas para aquisição e ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações nos saldos das diversas rubricas que compõem os Fundos próprios;
- Apreciação e acompanhamento do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do prazo médio de pagamento e dos limites de endividamento, no final do exercício de 2018;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação do equilíbrio orçamental e endividamento;
- Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- Apreciação do Balanço Social de 2018, e do Relatório Anual de Execução do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município – Ano de 2018;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1 Execução orçamental

6.1.1 Orçamento

A contabilidade orçamental visa fundamentalmente o registo e o controlo da execução do orçamento, quer no que se refere às operações relativas à execução orçamental, quer à execução de direitos e obrigações de exercícios anteriores, quer quanto a compromissos assumidos cuja despesa e pagamento devam ocorrer em exercícios futuros.

a) Orçamento inicial

Face a 2017, o orçamento inicial apresenta uma variação negativa em cerca de 4 milhões de euros, enquanto que face a 2014 a redução ascende a 35,72 milhões de euros.

RECEITAS	PREVISIONAL INICIAL				
	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	73.791.222	82.376.385	81.869.510	56.628.086	50.699.163
Capital	19.362.836	6.373.615	6.030.490	4.855.414	6.799.837
Outras	65.942	50.000		16.500	1.000
TOTAL	93.220.000	88.800.000	87.900.000	61.500.000	57.500.000

RECEITAS		VARIACÃO	
		2018/2017	2018/2014
TOTAL	93.220.000	-4.000.000	-35.720.000

DESPESAS	PREVISIONAL INICIAL				
	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	73.791.222	68.084.086	70.671.222	48.410.188	40.422.203
Capital	19.428.778	20.715.914	17.228.778	13.089.812	17.077.797
TOTAL	93.220.000	88.800.000	87.900.000	61.500.000	57.500.000

DESPESAS		VARIACÃO	
		2018/2016	2018/2014
TOTAL	93.220.000	-30.400.000	-35.720.000

b) Modificações do Orçamento

As modificações orçamentais revelam uma variação positiva de cerca de 2,37 milhões de euros, passando as previsões corrigidas para o valor de 58.873.940 €.

PREVISIONAL		VARIACÃO
INICIAL	CORRIGIDO	
57.500.000	59.873.940	2.373.940

Em termos comparativos, podemos verificar o desempenho da execução orçamental nos mapas abaixo apresentados.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

c) **Receitas**

Nas receitas o grau de execução é de 81%, representando a receita corrente 86,42% e a receita de capital 33,61%.

RECEITAS	2014	2015	2016	2017	PREVISIONAL		2018
					INICIAL	CORRIGIDO	
					2018	2018	
Correntes	37.457.015	37.299.505	40.371.405	42.263.075	50.699.163	50.699.163	43.815.922
Capital	11.983.327	4.842.574	34.678.186	1.661.967	6.799.837	6.799.837	2.285.301
Outras	4.141.666	1.081.888	2.264.149	4.077.938	1.000	2.374.940	2.398.579
TOTAL	53.582.008	43.223.967	77.313.739	48.002.980	57.500.000	59.873.940	48.499.802
GRAU DE EXECUÇÃO	55,04%	48,10%	81,61%	73,21%			81,00%
Corrente	50,76%	45,28%	74,82%	74,63%			86,42%
Capital	61,89%	75,98%	90,03%	34,23%			33,61%
Outras	98,81%	96,76%	100,15%	99,81%			101,00%

A execução da receita ficou abaixo do limite de 85%, embora com um desempenho de 81%.

O limite de 85%, antes referido é o atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEM 2018		DOTAÇÃO CORRIGIDA	2018	
			VALOR	%		VALOR	%
RECEITA CORRENTE	50.699.163	50.699.163	18.425.378	36,34%	50.699.163	43.815.922	86,42%
- IMI	7.093.500	7.093.500	3.291.974	46,4	7.093.500	7.161.401	101,0
- IUC	1.203.000	1.203.000	692.554	57,6	1.203.000	1.330.912	110,6
- IMT	2.651.000	2.651.000	1.853.428	69,9	2.651.000	4.658.926	175,7
- Derrama	1.220.500	1.220.500	219.705	18,0	1.220.500	1.260.706	103,3
Impostos indirectos	183.800	183.800	62.709	34,1	183.800	130.315	70,9
Taxas, multas e outras penalidades	2.406.000	2.406.000	1.337.938	55,6	2.406.000	2.849.470	118,4
Rendimentos de propriedades	22.790	22.790	26.529	116,4	22.790	53.067	232,9
Transferências correntes	16.793.065	16.793.065	8.185.541	48,7	16.793.065	16.475.558	98,1
Venda de bens e prestação de serviços	9.222.650	9.222.650	2.203.488	23,9	9.222.650	9.284.068	100,7
Outras receitas correntes	9.902.858	9.902.858	551.512	5,6	9.902.858	611.500	6,2
RECEITA DE CAPITAL	6.799.837	6.799.837	911.046	13,40%	6.799.837	2.285.301	33,61%
Venda de bens de investimento	338.000	338.000	190.043	56,2	338.000	271.727	80,4
Transferências de capital	6.457.837	6.457.837	718.443	11,1	6.457.837	2.007.544	31,1
Ativos financeiros	4.000	4.000	2.560	64,0	4.000	6.030	150,8
OUTRAS RECEITAS	1.000	2.374.940	2.393.349	100,78%	2.374.940	2.398.579	101,00%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1.000	1.000	19.409		1.000	24.639	2.463,9
Saldo da gerência anterior		2.373.940	2.373.940		2.373.940	2.373.940	100,0
TOTAL GERAL	57.500.000	59.873.940	21.729.774	36,29%	59.873.940	48.499.802	81,00%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

d) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 77,6%, tendo a despesa corrente atingido um grau de execução de 88,4% e a despesa de capital com 52,5%.

DESPESAS	2014	2015	2016	2017	PREVISIONAL		2018
					INICIAL	CORRIGIDO	
					2018	2018	
Correntes	40.914.909	31.424.064	62.430.889	38.463.213	40.422.203	41.865.143	37.009.421
Capital	11.598.950	10.871.179	10.352.266	6.309.178	17.077.797	18.008.797	9.453.979
TOTAL	52.513.859	42.295.243	72.783.156	44.772.391	57.500.000	59.873.940	46.463.400
GRAU DE EXECUÇÃO	53,95%	47,06%	76,83%	68,28%			77,60%
Corrente	52,51%	45,44%	80,55%	73,29%			88,40%
Capital	59,70%	48,98%	60,09%	48,20%			52,50%

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEM 2018 VALOR	38,61%	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2018 VALOR	88,40%
DESPESA CORRENTE	40.422.203	41.865.143	16.162.696	38,61%	41.865.143	37.009.421	88,40%
Despesas com pessoal	19.855.497	20.011.497	8.785.570	43,90%	20.011.497	18.651.929	0,9
Aquisição de bens e serviços	16.829.260	17.945.360	5.720.322	31,88%	17.945.360	14.673.495	0,8
Juros e outros encargos	1.686.479	1.764.479	899.733	50,99%	1.764.479	1.777.129	1,0
Transferências correntes	1.070.471	1.090.971	312.027	28,60%	1.090.971	778.099	0,7
Outras despesas correntes	980.496	1.052.836	445.044	42,27%	1.052.836	1.128.770	1,1
DESPESA DE CAPITAL	17.077.797	18.008.797	3.987.743	22,14%	18.008.797	9.453.979	52,50%
Aquisição de bens de capital	11.177.821	12.070.121	1.147.504	9,51%	12.070.121	3.609.579	0,30
Transferências de capital	494.630	533.330	170.322	31,94%	533.330	497.958	0,93
Ativos financeiros	215.346	215.346	80.755	37,50%	215.346	161.510	0,75
Passivos financeiros	5.190.000	5.190.000	2.589.163	49,89%	5.190.000	5.184.933	1,00
TOTAL GERAL	57.500.000	59.873.940	20.150.440	33,65%	59.873.940	46.463.400	77,60%

Ao nível da execução destaca-se nas despesas correntes as rubricas de despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, com um total de despesa paga no montante de cerca de 33 milhões de euros, num total de 37 milhões de euros. Quanto às despesas de capital destacam-se as aquisições de bens de capital e os passivos financeiros.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

e) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte:

	FUNDOS DISPONÍVEIS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	20 818 296		20 818 296		
FEVEREIRO	23 998 442	23 283 748	714 694	2 200 676	21 083 072
MARÇO	28 628 322	26 247 583	2 380 739	5 215 642	21 031 941
ABRIL	30 577 012	31 162 847	-585 835	8 095 688	23 067 160
MAIO	36 707 616	33 489 414	3 218 202	10 837 118	22 652 296
JUNHO	41 025 294	37 203 885	3 821 409	15 451 658	21 752 227
JULHO	46 301 510	43 293 869	3 007 640	20 150 440	23 143 430
AGOSTO	50 620 101	50 570 725	49 376	24 163 996	26 406 729
SETEMBRO	53 277 104	54 702 022	-1 424 919	27 733 145	26 968 877
OUTUBRO	58 274 294	57 992 972	281 321	31 332 694	26 660 279
NOVEMBRO	60 883 074	61 574 681	-691 607	35 939 623	25 635 058
DEZEMBRO	66 379 729	66 325 404	54 325	40 517 224	25 808 180

f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos no exercício, somam o montante de 93.292.876,90€, sendo que 87.471.985,82€ são relativos a compromissos de exercícios futuros, conforme quadro abaixo, apresentando-se ainda os mesmos dados comparativamente a 2014 a 2017.

COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS						
31/12/2018		ASSUMIDOS		PAGOS	POR PAGAR	
		ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS
		CORRENTES	39 794 970,71		23 097 246,21	37 009 420,73
CAPITAL	12 489 320,19	64 374 739,61	9 453 979,09	3 035 341,10	64 374 739,61	
TOTAL	52 284 290,90	87 471 985,82	46 463 399,82	5 820 891,08	87 471 985,82	
		139 756 276,72			93 292 876,90	

COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS						
31/12/2017		ASSUMIDOS		PAGOS	POR PAGAR	
		ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS
		CORRENTES	41 676 077,49		16 839 911,00	38 463 213,07
CAPITAL	8 433 866,89	62 329 741,28	6 309 177,75	2 124 689,14	62 329 741,28	
TOTAL	50 109 944,38	79 169 652,28	44 772 390,82	5 337 553,56	79 169 652,28	
		129 279 596,66			84 507 205,84	



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS

	ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR	
	ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS
31/12/2016					
CORRENTES	71 566 976,56	15 756 356,88	62 430 889,30	9 136 087,26	15 756 356,88
CAPITAL	11 261 569,51	65 196 389,57	10 352 266,41	909 303,10	65 196 389,57
TOTAL	82 828 546,07	80 952 746,45	72 783 155,71	10 045 390,36	80 952 746,45
	163 781 292,52			90 998 136,81	

COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS

	ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR	
	ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS
31/12/2015					
CORRENTES	61 041 880,60	13 785 827,85	31 424 063,58	29 617 817,02	13 785 827,85
CAPITAL	12 654 341,47	40 413 584,08	10 871 179,29	1 783 162,18	40 413 584,08
TOTAL	73 696 222,07	54 199 411,93	42 295 242,87	31 400 979,20	54 199 411,93
	127 895 634,00			85 600 391,13	

COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS

	ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR	
	ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS
31/12/2014					
CORRENTES	65 884 569,23	18 141 546,10	40 914 908,63	24 969 660,60	18 141 546,10
CAPITAL	15 049 909,93	46 324 635,59	11 598 950,27	3 450 959,66	46 324 635,59
TOTAL	80 934 479,16	64 466 181,69	52 513 858,90	28 420 620,26	64 466 181,69
	145 400 660,85			92 886 801,95	

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 87 milhões de euros, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento.

		2019	2020	2021	SEGUINTE
2	COMPROMISSOS FUTUROS	8 592 839,66	7 208 287,42	6 828 549,01	64 842 309,73
0		9,82%	8,24%	7,81%	74,13%
1					
8				87 471 985,82	

g) Equilíbrio Orçamental

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que a receita corrente é superior à despesa corrente (RC < DC).

		2014	2015	2016	2017	2018
RECEITA CORRENTE	=	0,92	1,19	0,65	1,10	1,18
DESPESA CORRENTE						

Todavia a partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

<p>Receita corrente bruta cobrada</p> <p>=></p> <p>Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo</p>
--

Apesar da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, só se aplicar ao exercício de 2014, procedeu-se ao apuramento do equilíbrio orçamental, para os exercícios de 2012 a 2017, para efeitos comparativos, apresentando-se o mesmo conforme segue.

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
1. Receita corrente bruta cobrada	37.457.015	37.299.505	40.371.405	42.263.075	43.815.922
2. Despesa corrente	40.914.909	31.424.064	62.430.889	38.463.213	37.009.421
3. Amortização média de emp.M/L.Prazo	6.090.800	3.366.346	2.668.470	5.014.293	4.763.671
4. = 2. + 3. TOTAL	47.005.709	34.790.410	65.099.359	43.477.506	41.773.091
5. = 1. - 4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	-9.548.694	2.509.096	-24.727.954	-1.214.431	2.042.830
6. Receita corrente líquida (1)	37.457.015	37.299.505	40.371.405	42.263.075	43.815.922
7. = 6. x 5% 5% do valor da receita corrente totais	1.872.851	1.864.975	2.018.570	2.113.154	2.190.796
8. = 5. + 7. Incumprimento/Cumprimento no equilíbrio orçamental	-7.675.843	4.374.071	-22.709.384	898.723	4.233.626
	INCUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO

(1) Considerada como as receitas correntes totais

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, tendo-se apurado os seguintes valores:

BASE	PARA	AMORT.MÉDIAS
2013	2018	2 442 242
2016	2018	2 321 429
		4 763 671

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental para o exercício de 2018, concluímos verificar-se equilíbrio orçamental, sem recurso à clausula especial.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos

Da análise ao mapa de execução do PPI, constata-se que a execução atingiu um grau, em termos anuais de 52,5% e uma execução global de 22,8%.

2018	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	943.796	320.000	1.263.796		463.469	463.469	49,11%	36,67%
- Serv. Gerais Adm. Pública	943.796	320.000	1.263.796		463.469	463.469	49,11%	36,67%
FUNÇÕES SOCIAIS	6.618.774	3.924.180	10.542.954		1.649.194	1.649.194	24,92%	15,64%
- Educação	1.502.410	208.300	1.710.710		368.713	368.713	24,54%	21,55%
- Segurança e Ações Sociais	55.000	920.000	975.000					
- Habitação e Serviços Coletivos	2.872.194	1.649.335	4.521.529		1.013.402	1.013.402	35,28%	22,41%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	2.189.170	1.146.545	3.335.715		267.080	267.080	12,20%	8,01%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.249.491	10.429.007	12.678.498		454.051	454.051	20,18%	3,58%
- Indústria e Energia	410.216	9.489.007	9.899.223		23.242	23.242	5,67%	0,23%
- Transportes e Comunicações	948.775	940.000	1.888.775		406.794	406.794	42,88%	21,54%
- Comércio e Turismo	380.000		380.000		24.016	24.016	6,32%	6,32%
- Outras Funções Económicas	510.500		510.500					
OUTRAS FUNÇÕES	8.196.736	8.782.074	16.978.810		6.887.265	6.887.265	84,02%	40,56%
- Operações da dívida autárquica	5.405.346	646.038	6.051.384		5.346.442	5.346.442	98,91%	88,35%
- Transferências entre administrações	475.296	1.309.788	1.785.084		475.248	475.248	99,99%	26,62%
- Diversas não especificadas	2.316.094	6.826.248	9.142.342		1.065.574	1.065.574	46,01%	11,66%
TOTAL GERAL	18.008.797	23.455.261	41.464.058		9.453.979	9.453.979	52,50%	22,80%

6.1.3 Execução do plano de atividade municipal

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 86,07% e em termos globais de 43,86%.

2018	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	2.980.075	7.260.000	10.240.075		2.613.318	2.613.318	87,69%	25,52%
- Serv. Gerais Adm. Pública	2.980.075	7.260.000	10.240.075		2.613.318	2.613.318	87,69%	25,52%
FUNÇÕES SOCIAIS	7.901.283	3.725.902	11.627.185		6.701.222	6.701.222	84,81%	57,63%
- Educação	940.309	3.687.000	4.627.309		698.438	698.438	74,28%	15,09%
- Habitação e Serviços Coletivos	6.925.000		6.925.000		5.983.128	5.983.128	86,40%	86,40%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	35.974	38.902	74.876		19.657	19.657	54,64%	26,25%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.043.180	667.800	1.710.980		983.918	983.918	94,32%	57,51%
- Transportes e Comunicações	445.200	667.800	1.113.000		445.200	445.200	100,00%	40,00%
- Comércio e Turismo	597.980		597.980		538.718	538.718	90,09%	90,09%
OUTRAS FUNÇÕES	185.636		185.636		124.494	124.494	67,06%	67,06%
- Operações da dívida autárquica	76.000		76.000		75.480	75.480	99,32%	99,32%
- Transferências entre administrações	49.500		49.500		48.057	48.057	97,09%	97,09%
- Diversas não especificadas	60.136		60.136		957	957	1,59%	1,59%
TOTAL GERAL	12.110.174	11.653.702	23.763.876		10.422.953	10.422.953	86,07%	43,86%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2 Análise Patrimonial

6.2.1 Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no quadriénio 2015 a 2018.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 197.727.723,82€, sendo o ativo fixo (imobilizado) que constitui o agregado com maior peso, representando cerca de 92%.

Código contas POCAL	Activo	2015		2016		2017		2018		Variação 2018/2017 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Imobilizado:									
	Bens de domínio público									
451	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	69 975,90	0,04	110 101,81	0,06	57,34
453	Outras construções e infra-estruturas	154 235 139,38	73,38	154 532 931,10	75,57	154 948 914,09	79,63	155 107 873,08	78,45	0,10
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	1 298 074,30	0,62	1 298 074,30	0,63	1 329 322,50	0,68	1 329 322,50	0,67	
445	Imobil. Em curso de bens de domínio público	170 932,35	0,08	184 158,52	0,09	432 689,73	0,22	2 143 833,68	1,08	395,47
485	Amortizações acumuladas	93 636 971,42	44,55	100 146 124,35	48,98	106 277 381,32	54,62	112 386 417,62	56,84	5,75
		62 137 150,51	29,56	55 939 015,47	27,36	50 503 520,90	25,96	46 304 713,45	23,42	-8,31
	Imobilizações incorpóreas:									
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	64 361,37	0,03	76 657,85	0,04	77 468,42	0,04	78 606,17	0,04	1,47
483	Amortizações acumuladas	62 964,68	0,03	68 424,71	0,03	76 164,21	0,04	77 500,15	0,04	1,75
		1 396,69	-	8 233,14	-	1 304,21	0,00	1 106,02	-	-15,20
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	59 253 120,97	28,19	58 879 251,07	28,79	58 720 936,76	30,18	59 528 578,97	30,11	1,38
422	Edifícios e outras construções	74 235 533,28	35,32	76 187 015,24	37,26	80 335 335,20	41,29	80 653 969,47	40,79	0,40
423	Equipamento básico	6 764 541,15	3,22	6 853 660,02	3,35	6 982 734,92	3,59	7 232 848,37	3,66	3,58
424	Equipamento de transporte	5 549 988,95	2,64	5 731 581,57	2,80	6 173 703,38	3,17	6 379 476,49	3,23	3,33
425	Ferramentas e utensílios	1 349 796,72	0,64	1 370 020,40	0,67	1 346 814,28	0,69	1 420 277,27	0,72	5,45
426	Equipamento administrativo	1 007 448,54	0,48	1 020 650,42	0,50	1 051 673,11	0,54	1 068 010,01	0,54	1,55
429	Outras imobilizações corpóreas	505 082,95	0,24	506 884,91	0,25	513 688,67	0,26	529 815,49	0,27	3,14
442	Imobilizações em curso	5 606 931,76	2,67	5 156 574,76	2,52	1 051 333,04	0,54	1 449 165,15	0,73	37,84
482	Amortizações acumuladas	43 483 169,99	20,69	45 962 335,87	22,48	47 951 264,22	24,64	49 993 134,58	25,28	4,26
		110 789 274,33	52,71	109 743 302,52	53,67	108 224 955,14	55,62	108 269 006,64	54,76	0,04
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	16 965 766,97	8,07	16 557 133,57	8,10	17 362 347,36	8,92	17 061 656,75	8,63	-1,73
412	Obrigações e títulos de participação	1 507 423,18	0,72	1 507 423,18	0,74	1 507 423,18	0,77	969 057,00	0,49	-35,71
413	Empréstimos de Financiamento	9 489 020,00	4,51	9 476 955,65	4,63	9 476 955,65	4,87	9 476 955,65	4,79	0,00
491	Provisões para investimentos financeiros	83 202,35	0,04	32 232,00	0,02	32 232,00	0,02	250,00	0,00	-99,22
		27 879 007,80	13,26	27 509 280,40	13,45	28 314 494,19	14,55	27 507 419,40	13,91	-2,85
	Circulante:									
	Existências:									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	984 201,85	0,47	1 068 712,96	0,52	1 123 933,91	0,58	1 119 998,97	0,57	-0,35
39	Provisões para dep.existências		0,00	106 871,30	0,05	179 057,32	0,09	141 228,38	0,07	-21,13
		984 201,85	0,47	961 841,66	0,47	944 876,59	0,49	978 770,59	0,50	3,59
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
28	Empréstimos concedidos	95 515,29	0,05	80 063,29	0,04	15 631,65	0,01	15 631,65	0,01	
211	Clientes c/c	754 357,59	0,36	2 133 729,41	1,04	1 784 407,69	0,92	1 918 586,39	0,97	7,52
212	Contribuinte c/c	385 921,82	0,18	380 477,48	0,19	306 454,83	0,16	902,51	0,00	-99,71
213	Utentes c/c	806 290,17	0,38	219 681,24	0,11	76 364,34	0,04	241 370,56	0,12	216,08
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	6 579 134,76	3,13	3 109 804,20	1,52	2 810 240,58	1,44	2 697 424,65	1,36	-4,01
24	Estado e outros entes públicos	682 313,00	0,32	4 038,00	0,00					
262+263+267+268	Outros devedores	1 560 402,00	0,74	1 308 161,23	0,64	824 277,49	0,42	1 116 314,80	0,56	35,43
291	Provisões para cobranças duvidosas	5 569 736,04	2,65	2 737 705,11	1,34	3 426 469,13	1,76	3 177 973,44	1,61	-7,25
		5 294 198,59	2,52	4 498 249,74	2,20	2 390 907,45	1,23	2 812 257,12	1,42	17,62
	Depósitos em instit.financieiras e caixa									
12	Depósitos em inst.financieiras	2 179 001,47	1,04	3 955 521,22	1,93	2 760 269,47	1,42	2 246 770,50	1,14	-18,60
11	Caixa	67 809,58	0,03	113 624,00	0,06	525 625,18	0,27	255 558,97	0,13	-51,38
		2 246 811,05	1,07	4 069 145,22	1,99	3 285 894,65	1,69	2 502 329,47	1,27	-23,85
	Acréscimos e diferimentos									
271	Acréscimos de proventos	791 752,83	0,38	1 684 853,83	0,82	823 995,59	0,42	9 224 061,14	4,67	1 019,43
272	Custos diferidos	52 152,14	0,02	68 877,63	0,03	87 083,01	0,04	128 059,99	0,06	47,06
		843 904,97	0,40	1 753 731,46	0,86	911 078,60	0,47	9 352 121,13	4,73	926,49
	Total do ativo	210 175 945,79	100,00	204 482 799,61	100,00	194 577 031,73	100,00	197 727 723,82	100,00	1,62



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 111.550.916,12€, apurando um resultado líquido positivo de 2.186.031,46€.

Código contas POCAL	Fundos próprios	2015		2016		2017		2018		Variação
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2018/2017 (%)
	Fundos próprios:									
51	Património	175 479 500,50	83,49	176 639 365,82	86,38	176 657 449,47	90,79	177 605 591,29	89,82	0,54
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	5 008 253,02	2,38	5 176 667,78	2,53	6 246 821,92	3,21	6 274 918,17	3,17	0,45
571	Reservas legais	625 000,00	0,30	625 000,00	0,31	625 000,00	0,32	625 000,00	0,32	
575	Subsídios	239 917,57	0,11	239 917,57	0,12	239 917,57	0,12	239 917,57	0,12	
576	Doações	24 315 596,40	11,57	24 315 596,40	11,89	24 315 596,40	12,50	24 315 596,40	12,30	
577	Reservas decorrentes de transf.de ativos	5 331,62	0,00	5 331,62	0,00	5 331,62		5 331,62		
59	Resultados transitados	-90 887 089,03	-43,24	-95 837 714,53	-46,87	-102 700 785,60	-52,78	-99 701 470,39	-50,42	-2,92
88	Resultado líquido do exercício	-4 890 006,39	-2,33	-3 337 287,79	-1,63	-4 169 342,97	-2,14	2 186 031,46	1,11	-152,43
	Total dos fundos próprios	109 896 503,69	52,29	107 826 876,87	52,73	101 219 988,41	52,02	111 550 916,12	56,42	10,21

c) Passivo

O passivo total sofreu uma variação negativa de 7,69%, face ao ano transato, ascendendo a 86.176.807,7€.

Código contas POCAL	Passivo	2015		2016		2017		2018		Variação
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2018/2017 (%)
	Passivo:									
292	Provisões para riscos e encargos	1 309 800,57	0,62	1 014 514,62	0,50	5 403 001,71	2,78	462 088,57	0,23	-91,45
		1 309 800,57	0,62	1 014 514,62	0,50	5 403 001,71	2,78	462 088,57	0,23	-91,45
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:									
2312	Dividas a instituições de crédito	35 034 167,63	16,67	60 792 353,90	29,73	55 607 400,14	28,58	51 047 408,03	25,82	-8,20
227	Foeneedores contratos futuros							7 525 527,29	3,81	
268	Outros credores			861 385,18	0,42	646 039,18	0,33	53 836,50	0,03	-91,67
		35 034 167,63	16,67	61 653 739,08	30,15	56 253 439,32	28,91	58 626 771,82	29,65	4,22
	Dividas a terceiros - Curto prazo:									
211	Clientes c/c									
2311	Empréstimos de curto prazo									
2312	Empréstimos de ML prazo - Componente C/prazo			3 401 232,70	1,66	5 181 763,25	2,66	4 556 822,39	2,30	-12,06
269	Adiantamentos por conta de vendas	304 979,65	0,15	307 941,94	0,15	294 983,07	0,15	421 192,22	0,21	42,79
221	Fornecedores, c/c	22 071 353,42	10,50	5 588 883,21	2,73	414 970,04	0,21	339 313,49	0,17	-18,23
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	10 373 375,62	4,94	2 260 853,82	1,11	4 449 669,16	2,29	1 472 359,94	0,74	-66,91
252	Credores pela execução do orçamento									
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	5 554 948,57	2,64	262 020,60	0,13	455 914,18	0,23	313 556,52	0,16	-31,22
24	Estado e outros entes públicos	647 194,38	0,31	477 717,76	0,23	451 783,38	0,23	404 016,06	0,20	-10,57
262+263+267+268	Outros credores	2 979 574,60	1,42	567 380,60	0,28	363 763,43	0,19	447 049,51	0,23	22,90
217+2615+2635	Credores de Oper. Não Orçamentais	832 062,05	0,40	635 017,30	0,31	692 632,39	0,36	184 366,10	0,09	-73,38
		42 763 488,29	20,35	13 501 047,93	6,60	12 305 478,90	6,32	8 138 676,23	4,12	-33,86
	Acréscimos e diferimentos									
273	Acréscimos de custos	2 908 959,04	1,38	2 861 809,02	1,40	2 924 156,74	1,50	3 409 665,80	1,72	16,60
274	Proveitos diferidos	18 263 026,57	8,69	17 624 812,09	8,62	16 470 966,65	8,47	15 539 605,28	7,86	-5,65
		21 171 985,61	10,07	20 486 621,11	10,02	19 395 123,39	9,97	18 949 271,08	9,58	-2,30
	Total do passivo	100 279 442,10	47,71	96 655 922,74	47,27	93 357 043,32	47,98	86 176 807,70	43,58	-7,69
	Total dos fundos próprios e do passivo	210 175 945,79	100,00	204 482 799,61	100,00	194 577 031,73	100,00	197 727 723,82	100,00	1,62



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

d) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima indicado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado. Efetivamente a dívida do Município (sem participadas) totaliza cerca de 65,8 milhões de euros (55,6 milhões euros a título de empréstimos e 10,2 milhões de euros de outros Terceiros), já que as provisões para riscos e encargos, os adiantamentos por conta de vendas, os acréscimos e diferimentos, as operações de tesouraria e o valor do fundo de apoio municipal, não representam dívida. Comparativamente com o ano de 2013 verifica-se uma diminuição do valor da dívida, em cerca de 15,2 milhões de euros.

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO	86 176 808	93 357 043	96 655 923	100 279 442	99 384 901	103 118 848
(-) PROVISÕES	462 089	5 403 002	1 014 515	1 309 801	1 606 607	2 648 730
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18 949 271	19 395 123	20 486 621	21 171 986	19 945 740	18 054 324
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	421 192	294 983	307 942	304 980	212 462	319 471
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	161 510	861 385	1 076 731	1 292 077	1 507 423	
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	465 927	911 954	856 648	1 318 087	803 444	1 078 089
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL	65 716 819	66 490 596	72 913 465	74 882 512	75 309 224	81 018 234

VARIAÇÃO	-773 777	-6 422 869	-1 969 047	-426 712	-5 709 010	
			-15 301 414			

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que a mesma merece atento controlo e acompanhamento. Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; e – Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

A apreciação da dívida do Município será apresentada no ponto 7.2) Endividamento/Dívida Total deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2.2 Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade face ao quadriénio de 2015 a 2018:

Cód. contas POCAL	Custos e perdas	2015		2016		2017		2018		Variação 2018/2017 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.247.335,52	7,73	3.482.571,35	7,13	3.954.178,61	8,42	3.782.728,45	7,14	-4,34
62	Fornecimentos e serviços externos	10.027.649,44	23,86	10.784.316,88	22,08	11.248.254,53	23,95	11.345.939,65	21,40	0,87
63	Transf. subs. correntes conced. e prest. sociais	841.112,86	2,00	741.326,39	1,52	691.496,39	1,47	1.080.736,36	2,04	56,29
64	Custos com o pessoal	17.400.648,57	41,40	17.916.630,86	36,68	17.644.370,94	37,57	18.569.227,14	35,03	5,24
66	Amortizações do exercício	8.951.230,11	21,30	9.040.170,90	18,51	8.377.020,49	17,84	8.299.645,61	15,66	-0,92
67	Provisões do exercício	89.065,09	0,21	109.542,98	0,22	5.608.733,08	11,94	1.531.236,02	2,89	-72,70
65	Outros custos perdas operacionais	46,86		1.896.412,32	3,88	256,13		351.340,02	0,66	137072,54
	(A) Custos e perdas operacionais	40.557.088,45	96,50	43.970.971,68	90,02	47.524.310,17	101,19	44.960.853,25	84,81	-5,39
68	Custos e perdas financeiros	3.704.345,92	8,81	3.740.121,91	7,66	1.859.946,49	3,96	4.791.769,12	9,04	157,63
	(C) Custos e perdas financeiras	3.704.345,92	8,81	3.740.121,91	7,66	1.859.946,49	3,96	4.791.769,12	9,04	157,63
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	44.261.434,37	105,32	47.711.093,59	97,68	49.384.256,66	105,16	49.752.622,37	93,85	0,75
69	Custos e perdas extraordinários	2.655.144,20	6,32	4.472.127,43	9,16	1.748.300,29	3,72	1.074.696,08	2,03	-38,53
	(E) Custos e perdas extraordinários	2.655.144,20	6,32	4.472.127,43	9,16	1.748.300,29	3,72	1.074.696,08	2,03	-38,53
88	Resultado líquido do exercício	-4.890.006,39	-11,64	-3.337.287,79	-6,83	-4.169.342,97	-8,88	2.186.031,46	4,12	-152,43
	TOTAL GERAL	42.026.572,18	100,00	48.845.933,23	100,00	46.963.213,98	100,00	53.013.349,91	100,00	12,88

Cód. contas POCAL	Proveitos e ganhos	2015		2016		2017		2018		Variação 2018/2017 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
71	Vendas e prestações de serviços	8.763.274,62	20,67	9.973.564,73	20,42	9.801.427,69	20,87	9.735.155,61	18,36	-0,68
72	Impostos e taxas	12.414.871,76	29,29	14.164.188,55	29,00	14.097.389,68	30,02	17.424.565,80	32,87	23,60
75	Trabalhos para a própria entidade	765,06		384,56		375,92		556,08	0,00	47,93
73	Proveitos suplementares	98.769,48	0,23	60.341,95	0,12	49.361,08	0,11	367.316,95	0,69	644,14
74	Transf. e subsídios obtidos	17.100.929,54	40,34	16.706.500,57	34,20	17.090.476,10	36,39	17.796.121,23	33,57	4,13
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	38.378.610,46	91,32	40.904.980,36	83,74	41.039.030,47	87,39	45.323.715,67	85,49	10,44
78	Proveitos e ganhos financeiros	63.819,41	0,15	276.462,15	0,57	28.324,62	0,06	33.917,41	0,06	19,75
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	63.819,41	0,15	276.462,15	0,57	28.324,62	0,06	33.917,41	0,06	19,75
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	38.442.429,87	91,47	41.181.442,51	84,31	41.067.355,09	87,45	45.357.633,08	85,56	10,45
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.584.142,31	8,46	7.664.490,72	15,69	5.895.858,89	12,55	7.655.716,83	14,44	29,85
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	3.584.142,31	8,53	7.664.490,72	15,69	5.895.858,89	12,55	7.655.716,83	14,44	29,85
	TOTAL GERAL	42.026.572,18	100,00	48.845.933,23	100,00	46.963.213,98	100,00	53.013.349,91	100,00	12,88

RESUMO:	2015	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2018/2017 (%)			
Resultados operacionais (B) - (A)	-2.178.477,99	-3.065.991,32	-6,28	-6.485.279,70	-13,81	362.862,42	0,68	-105,60
Resultados financeiros (D) - (C)	-3.640.526,51	-3.463.659,76	-7,09	-1.831.621,87	-3,90	-4.757.851,71	-8,97	159,76
Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-5.819.004,50	-6.529.651,08	-13,37	-8.316.901,57	-17,71	-4.394.989,29	-8,29	-47,16
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	-4.890.006,39	-3.337.287,79	-6,83	-4.169.342,97	-8,88	2.186.031,46	4,12	-152,43

O resultado líquido positivo de 2.186.031,46€ decorre da existência de resultados operacionais e extraordinários positivos. Face ao ano transato o resultado líquido variou positivamente em 152,43 %.

De realçar que os resultados operacionais se encontram positivos, em especial pelo aumento verificado nos Impostos e Taxas. Para o resultado, contribuiu ainda o Acordo de Regularização de Dívida (ARC), firmado com as Águas de Vale do Tejo S.A., já que se assistiu ao reconhecimento da dívida, por utilização de provisões já anteriormente foram constituídas para o efeito, apesar de juros financeiros reconhecidos, ainda que o referido acordo tenha concedido uma redução dos mesmos no valor de 30% (1.274.101,24€).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3 Análise das Principais Contas

6.3.1 Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico e dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2018.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

a) Bens de domínio público, Imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros

IMOBILIZADO		2015	2016	2017	2018	Variação
		Valor	Valor	Valor	Valor	2018/2017
451	Bens de domínio público					
	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	69 975,90	69 975,90	110 101,81	40 125,91
452	Edifícios					
453	Outras construções e infra-estruturas	154 235 139,38	154 532 931,10	154 948 914,09	155 107 873,08	158 958,99
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	1 298 074,30	1 298 074,30	1 329 322,50	1 329 322,50	
445	Imobilizações em curso	170 932,35	184 158,52	432 689,73	2 143 833,68	1 711 143,95
		155 774 121,93	156 085 139,82	156 780 902,22	158 691 131,07	1 910 228,85
	Imobilizações incorpóreas:					
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	64 361,37	76 657,85	77 468,42	78 606,17	1 137,75
		64 361,37	76 657,85	77 468,42	78 606,17	1 137,75
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	59 253 120,97	58 879 251,07	58 720 936,76	59 528 578,97	807 642,21
422	Edifícios e outras construções	74 235 533,28	76 187 015,24	80 335 335,20	80 653 969,47	318 634,27
423	Equipamento básico	6 764 541,15	6 853 660,02	6 982 734,92	7 232 848,37	250 113,45
424	Equipamento de transporte	5 549 988,95	5 731 581,57	6 173 703,38	6 379 476,49	205 773,11
425	Ferramentas e utensílios	1 349 796,72	1 370 020,40	1 346 814,28	1 420 277,27	73 462,99
426	Equipamento administrativo	1 007 448,54	1 020 650,42	1 051 673,11	1 068 010,01	16 336,90
429	Outras imobilizações corpóreas	505 082,95	506 884,91	513 688,67	529 815,49	16 126,82
442	Imobilizações em curso	5 606 931,76	5 156 574,76	1 051 333,04	1 449 165,15	397 832,11
		154 272 444,32	155 705 638,39	156 176 219,36	158 262 141,22	2 085 921,86
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital	16 965 766,97	16 557 133,57	17 362 347,36	17 061 656,75	-300 690,61
412	Obrigações e títulos de participação	1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18	969 057,00	-538 366,18
413	Empréstimos de Financiamento	9 489 020,00	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65	
		27 962 210,15	27 541 512,40	28 346 726,19	27 507 669,40	-839 056,79
		338 073 137,77	339 408 948,46	341 381 316,19	344 539 547,86	3 158 231,67



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

O total líquido dos investimentos financeiros ascende a 27.507.419,4€ (27.507.669,40€ -250€). Este valor para além das participadas que abaixo se apresentam, engloba o valor da subscrição das unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal, cuja realização se iniciou em 2015, conforme plano seguinte financeiro seguinte:

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM
O B R I G A Ç Ã O	CUMPRIDO PAGAMENTO	2014	1 507 423,18	
			1 507 423,18	107 673,00
			1 399 750,18	107 673,00
		2015	1 292 077,18	107 673,00
			1 184 404,18	107 673,00
			1 076 731,18	107 673,00
		2016	969 058,18	107 673,00
			861 385,18	
		2017	-538 366,18	
			323 019,00	80 754,75
		242 264,25	80 754,75	
		161 509,50	53 836,50	
	PAGAMENTOS FUTUROS	2018	107 673,00	53 836,50
			53 836,50	26 918,25
2019		26 918,25	26 918,25	
2020				

2018	Curto prazo	107 673,00 €	a pagar em 2019
	Médio e longo prazo	53 836,50 €	a pagar em 2020
		161 509,50 €	

Os investimentos financeiros representam os valores seguintes:

Valor Líquido de provisões

CONTA	SALDO FINAL					PERCENTAGEM DETIDA	PROVISÕES
	2014	2015	2016	2017	2018		
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	27 593 277,93	27 879 007,80	27 509 280,40	28 314 494,19	27 507 419,40		-250,00
411 Partes de Capital	18 104 233,40	16 894 628,97	16 524 901,57	17 330 115,36	17 061 406,75		-250,00
4112 Empresas Municipais e Intermunicipais	17 441 416,50	16 359 851,09	15 605 825,47	16 424 526,97	16 120 790,95		
41121 MME	1 315 619,49						Internalizada/Liquidada
41122 SITEE	745 270,75	738 035,77					Internalizada/Liquidada
41123 AÇA/AGUAS VALE DO TEJO	673 586,08	1 342 215,00	1 342 215,00	1 342 215,00	1 342 215,00	1,60%	
41124 HABÉVORA	14 645 912,96	14 279 600,32	14 263 610,47	15 082 311,97	14 778 575,95	100%	Liquidada
41125 SRU	36 527,22						
41126 EVORA REGIS	24 500,00	24 500,00	24 500,00	24 500,00			Liquidada
EVORA REGIS (Provisão)		-24 500,00	-24 500,00	-24 500,00			
4113 Empresas Privadas ou Cooperativas	662 816,90	534 777,88	919 076,10	905 588,39	940 615,80		-250,00
41131 LAR	7 482,00	7 482,00	7 482,00	7 482,00	7 482,00	(1)	Liquidada
LAR (Provisão)	-7 482,00	-7 482,00	-7 482,00	-7 482,00	-7 482,00		
41132 MARE	662 816,90	534 777,88	919 076,10	905 588,39	940 615,80	20%	
41133 NIA							Liquidada
41133 UNESUL	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00		
UNESUL (Provisão)	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	(1)	-250,00
412 Obrigações e Títulos de Participação		1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18	969 057,00		
4122 Fundo de Apoio Municipal		1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18	969 057,00	0,23%	
413 Empréstimos de financiamento	9 489 044,53	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
4132 Empresas Municipais e Intermunicipais	9 476 980,18	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
41321 MME	24,53						Internalizada/Liquidada
41322 SITEE							Internalizada/Liquidada
41324 HABÉVORA	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
4133 Empresas Privadas e cooperativas	12 064,35						
NIA	12 064,35						Liquidada
49 Provisões	-7 732,00	-32 232,00	-32 232,00	-32 232,00	-250,00		

As participadas Évora Regis e LAR foram anuladas face à conclusão do processo de liquidação das mesmas.

Face ao processo de liquidação e extinção a que o Executivo se comprometeu, restam apenas as participadas acima indicadas (Águas de Vale do Tejo, Habévorra, e MARE).

Irá ser dado início ao processo de consolidação de contas com a participada Habévorra.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Amortizações e Provisões

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes variações:

Código contas	Imobilizado	VARIAÇÃO			
		2017	66	AUMENTOS / DIMINUIÇÕES	
POCAL		Valor			2018
					Valor
Bens de domínio público:					
4852	Edifícios				
4853	Outras construções e infra-estruturas	105.482.021,27	5.970.594,29	-227,13	111.452.388,43
4855	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	795.360,05	139.163,52	-494,38	934.029,19
		106.277.381,32	6.109.757,81	-721,51	112.386.417,62
Imobilizações incorpóreas:					
4832	Despesas de invest.e de desenvolvimento	76.164,21	1.335,94		77.500,15
		76.164,21	1.335,94	-	77.500,15
Imobilizações corpóreas:					
4822	Edifícios e outras construções	34.053.070,73	1.643.071,98	-16.460,33	35.679.682,38
4823	Equipamento básico	6.189.321,10	142.820,87	-7.767,42	6.324.374,55
4824	Equipamento de transporte	5.341.760,10	316.645,45	-119.817,87	5.538.587,68
4825	Ferramentas e utensílios	1.211.294,58	45.336,47	-1.759,99	1.254.871,06
4826	Equipamento administrativo	999.476,98	31.800,67	-875,89	1.030.401,76
4829	Outras imobilizações corpóreas	156.340,73	8.876,42		165.217,15
		47.951.264,22	2.188.551,86	-146.681,50	49.993.134,58
Investimentos financeiros:					
491	Partes de capital	32.232,00		-31.982,00	250,00
		32.232,00	-	-31.982,00	250,00
TOTAL		154.337.041,75	8.299.645,61	-179.385,01	162.457.302,35

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Por fim, voltamos a referir que, entendemos relevante dever proceder-se a uma análise individualizada de todos os bens registados no património, já que muitos podem já não existir ou refletirem um estado de inoperacionalidade, não tendo sido comunicado o conseqüente abate, para efeitos de registo contabilístico.

É um trabalho manifestamente extenso, que deve ser desenvolvido para todos os itens do património, com particular enfoque nos equipamentos informáticos, licenças de *software*, equipamentos de pequeno porte, ferramentas, equipamentos escolares e outros a avaliar no desenvolvimento do trabalho.

A extensão dos ficheiros do património, está sobrecarregada com informação desnecessária, e a transição para o SNC-AP, a operar-se de 2020, é uma oportunidade para a atualização destes ativos, sendo necessário recursos humanos, afetos a tal tarefa.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.2 Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área das existências.

Comentários

- a) O valor líquido das existências ascende a 978.770,59 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2018/2017
	2015	2016	2017	2018	
Existências:					
36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	984.201,85	1.068.712,96	1.123.933,91	1.119.998,97	-3.934,94
39 Provisões para dep.existências		-106.871,30	-179.057,32	-141.228,38	37.828,94
TOTAL	984.201,85	961.841,66	944.876,59	978.770,59	33.894,00

- b) No final do exercício de 2018, foram realizadas contagens físicas aos armazéns do Município, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final. No processo de inventário, o armazém 1, deve merecer atenção por parte da gestão, visto que em termos de valor corresponde a cerca de metade do valor total das existências e os recursos humanos afetos ao mesmo, são insuficientes ao processo de contagem.

Apesar da provisão constituída e reforçada neste exercício, recomenda-se uma análise de maior profundidade aos bens em *stock* de forma a avaliar a necessidade de abate, como sucata, destes ativos. Propõe-se que este trabalho se inicie de imediato, de forma a que a transição para o SNC-AP, seja uma oportunidade para a atualização desta classe de ativos.

6.3.3 Dívidas a receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área das dívidas a receber.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Comentários

- a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 2.812.257,12€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				VARIACÃO 2018/2017
		2015	2016	2017	2018	
211	- Clientes c/c	754.357,59	2.133.729,41	1.784.407,69	1.918.586,39	134.178,70
212	- Contribuinte c/c	385.921,82	380.477,48	306.454,83	902,51	-305.552,32
213	- Utentes	806.290,17	219.681,24	76.364,34	241.370,56	165.006,22
218	- Cobrança Duvidosa	6.579.134,76	3.109.804,20	2.810.240,58	2.697.424,65	-112.815,93
291	Provisões	-4.351.773,22	-1.928.457,50	-2.737.542,57	-2.434.359,28	303.183,29
24	Estado e outros entes Públicos	682.313,00	4.038,00			
26	Outros Devedores	1.560.402,00	1.308.161,23	824.277,49	1.116.314,80	
2682	- Transf.p/Aut.Locais	445.961,02	278.919,03	952,46	341.962,12	341.009,66
2688	- Outros Devedores					
26880	- Cobranças Coercivas		54.713,74	-4.514,61	-2.412,92	2.101,69
26881	- Alienação de Imobilizado	670.440,93	646.150,06	646.150,06	646.150,06	
26886	- Acordos de Regularização -Devedores	386.298,72	259.181,70	180.668,12	130.211,84	-50.456,28
26889	- Outros	57.701,33	69.196,70	1.021,46	403,70	-617,76
291	Provisões Outros Devedores	-1.122.447,53	-729.184,32	-673.294,91	-727.982,51	-54.687,60
28	Empréstimos Concedidos	95.515,29	80.063,29	15.631,65	15.631,65	
291	Provisões empréstimos concedidos	-95.515,29	-80.063,29	-15.631,65	-15.631,65	
TOTAL		5.294.198,59	4.498.249,74	2.390.907,45	2.812.257,12	421.349,67

O Município tem vindo a dar cumprimento ao envio de ficheiros mensais SAFT – T, emitidos.

No exercício de 2015, deu-se início a um trabalho exaustivo de análise ao sistema de processamento da faturação de água, com atualização dos contratos e terceiros envolvidos, para além de emissão de contactos com os clientes de forma a formalizar o reconhecimento da dívida por parte dos mesmos. Este trabalho teve continuidade em 2016, 2017 e 2018, permitindo em consequência, maior rigor na formalização de acordos, corte de fornecimentos e processos de execução.

- b) Quanto ao valor provisionado, registou-se um ajustamento ao ativo, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.
- c) No âmbito dos projetos em curso o Município tem valores a receber conforme segue:

# 26.8.2	2015	2016	2017	2018
Transf.p/Aut.Locais				
Governança Corredor Azul	11 500,21			
Tecnopolo Corredor Azul	110 656,06			
EB1 André de Resende	187 416,29			
Desmaterialização processos	50 072,76			
EB1/JI Babelo	86 315,70	86 315,70	952,46	
Estrada Municipal 526		57 495,50		
Reabilitação Av. Túlio Espanca (EN114)		135 107,83		
ITP - Aqueduto Água da Prata				60 852,42
Requal.Modernização Escola S. Mamede				450,50
Requal.JI Bairro Sto António				1 481,14
Requal.Modernização Escola B.Almeirim				12 720,34
Intervenção Integrada Remoção Cob.Fibrocimento				3884,26
Requal.Ligação Cidade PIAE (1ªfase)				195 354,61
Val.P.D.Pat.Hist.Cultural				10 751,74
LIMUS				14 781,70
Outros				41 685,41
TOTAL	445 961,02	278 919,03	952,46	341 962,12

Em sede de operações enquadradas no quadro comunitário PORTUGAL 2020, as operações tituladas pelo Município apresentam-se nos seguintes termos:



Operação	Designação da Operação	Estado Candidatura	Data Estado	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Apoio Total Aprovado	Taxa Apoio	Apoio Pago			P/Receber #268
								Até 31/12/2017	31/12/2018	Total	31/12/2018
ALT20-02-5266-FSE-000029	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar remetemos a seguinte informação	Em Execução	23/07/2018	372 623,59	372 623,59	316 730,05	85,00%	27 212,02		27 212,02	
ALT20-04-1406-FEDER-000023	Requalificação da ligação da cidade ao PIAE com introdução de modos suaves de mobilidade (1ª fase)	Em Execução	24/05/2018	1 098 632,96	728 319,64	619 071,69	85,00%		274 976,97	274 976,97	195 354,61
ALT20-02-5673-FEDER-000049	Requalificação do II do Bairro de Santo António	Em Execução	19/03/2018	42 809,86	36 630,28	31 135,74	85,00%		28 141,94	28 141,94	1 481,14
ALT20-02-5673-FEDER-000044	Requalificação e modernização da Escola da Cruz da Picada	Em Execução	05/04/2018	54 726,29	44 334,97	37 684,72	85,00%		5 106,27	5 106,27	
ALT20-02-5673-FEDER-000025	Requalificação e modernização da Escola de S. Mamede	Em Execução	12/04/2017	288 630,34	288 630,34	245 335,79	85,00%		18 904,98	18 904,98	450,50
ALT20-02-5673-FEDER-000045	Ampliação da Escola Básica do Bairro de Almeirim	Em Execução	05/04/2018	308 463,91	182 710,50	155 303,93	85,00%		10 559,56	10 559,56	12 720,34
ALT20-04-2316-FEDER-000038	Acesso Público Pedonal à Porta Nova da Traição	Em Execução	30/06/2017	27 000,00	27 000,00	22 950,00	85,00%	5 110,51	991,10	6 101,61	
ALT20-08-2114-FEDER-000125	Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos de Évora e Alentejo Central	Em Execução	07/08/2017	2 124 335,05	2 038 235,05	1 732 499,79	85,00%	135 523,21	100 352,73	235 875,94	
ALT20-02-5673-FEDER-000024	Intervenção integrada de remoção das coberturas de fibrocimento	Em Execução	03/05/2017	36 798,65	10 684,80	9 082,08	85,00%				3 884,26
ALT20-08-2114-FEDER-000042	Programa de Intervenção de conservação e consolidação do Aqueduto da Água de Prata	Em Execução	26/09/2017	237 390,00	237 390,00	201 781,50	85,00%	7 412,19	72 129,08	79 541,27	60 852,42
TOTAL				4 591 410,65	3 966 559,17	3 371 575,29		175 257,93	511 162,63	686 420,56	274 743,27



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- d) Os valores a receber de alienação do imobilizado (#26.8.8.1) apresentam o valor de 646.150,06 €. De acordo com o princípio da prudência, este montante encontra-se provisionado, face ao risco identificado.

ALIEAÇÃO DE IMOBILIZADO	2016			2017			2018		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
ALVARO JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	76,87	76,87	76,87	76,87	76,87	76,87	76,87	76,87	76,87
ACINAUTO	53.342,70	53.342,70	53.342,70	53.342,70	53.342,70	53.342,70	53.342,70	53.342,70	53.342,70
AUGUSTO GONÇALVES MOREIRA	2.932,87	2.932,87	2.932,87	2.932,87	2.932,87	2.932,87	2.932,87	2.932,87	2.932,87
BERNARDINO CABEÇAS	15.973,50	15.973,50	15.973,50	15.973,50	15.973,50	15.973,50	15.973,50	15.973,50	15.973,50
ELSA SUSANA SANTOS	689,22	689,22	689,22	689,22	689,22	689,22	689,22	689,22	689,22
EVORAQUEIJOS	10.175,48	10.175,48	10.175,48	10.175,48	10.175,48	10.175,48	10.175,48	10.175,48	10.175,48
EVORAGRICOLA	4.189,90	4.189,90	4.189,90	4.189,90	4.189,90	4.189,90	4.189,90	4.189,90	4.189,90
FERTRATA	25.832,14	25.832,14	25.832,14	25.832,14	25.832,14	25.832,14	25.832,14	25.832,14	25.832,14
FRANCISCO JOAQUIM ROSA	7.631,60	7.631,60	7.631,60	7.631,60	7.631,60	7.631,60	7.631,60	7.631,60	7.631,60
FRANCISCO JOAQUIM PANDEGA	90,97	90,97	90,97	90,97	90,97	90,97	90,97	90,97	90,97
FUNDAÇÃO CIRCULO DIGITAL	3.573,78	3.573,78	3.573,78	3.573,78	3.573,78	3.573,78	3.573,78	3.573,78	3.573,78
JOÃO FRANCISCO COELHO SALVADOR	67.250,00	67.250,00	67.250,00	67.250,00	67.250,00	67.250,00	67.250,00	67.250,00	67.250,00
JOÃO LUIS CALDEIRA RAMITOS	2.060,14	2.060,14	2.060,14	2.060,14	2.060,14	2.060,14	2.060,14	2.060,14	2.060,14
JOÃO MANUEL LOPES DIAS	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00
JOAQUIM ANTÓNIO COELHO MENDES	1.483,92	1.483,92	1.483,92	1.483,92	1.483,92	1.483,92	1.483,92	1.483,92	1.483,92
MARIA AMÉLIA SILVA FIALHO	1.573,40	1.573,40	1.573,40	1.573,40	1.573,40	1.573,40	1.573,40	1.573,40	1.573,40
RIBALIZ	33.248,06	33.248,06	33.248,06	33.248,06	33.248,06	33.248,06	33.248,06	33.248,06	33.248,06
TRANGAZ	8.578,83	8.578,83	8.578,83	8.578,83	8.578,83	8.578,83	8.578,83	8.578,83	8.578,83
UNESUL	210.891,75	210.891,75	210.891,75	210.891,75	210.891,75	210.891,75	210.891,75	210.891,75	210.891,75
ANA ISABEL SANTOS	2.092,46	2.092,46	2.092,46	2.092,46	2.092,46	2.092,46	2.092,46	2.092,46	2.092,46
GRUPO DESPORTIVO DA GRAÇA DO DIVOR	10.575,47	10.575,47	10.575,47	10.575,47	10.575,47	10.575,47	10.575,47	10.575,47	10.575,47
COOPERATIVA BOA VONTADE	56.637,00	56.637,00	56.637,00	56.637,00	56.637,00	56.637,00	56.637,00	56.637,00	56.637,00
TOTAL CONTA 26881	646.150,06								

- e) O valor dos Acordos de regularização – Devedores (#26.8.8.6), assume o valor abaixo identificado.

# 26.8.8.6	2015	2016	2017	2018
Acordos de Regularização - Devedores				
Taxas aeroportuárias				
Trabalhos por conta de particulares	305,26	130,66		359,34
Taxas de Urbanização	351 794,61	259 051,04	180 668,12	118 646,90
Rendas e alugueres	34 198,85			
Ocupação Via pública				11 205,60
TOTAL	386 298,72	259 181,70	180 668,12	130 211,84

- f) Os valores dos empréstimos concedidos (#28), no montante de 15.631,65€, são referentes a empréstimos concedidos no âmbito dos programas FAME e FINICIA. Face aos riscos de incobrabilidade, foram os mesmos analisados e anulados ou ajustados conforme segue:

#28	Empréstimos Concedidos	2018	PROVISÃO
	O Aquecimento Restaurante e Cervejaria, Lda.	6.975,00	6.975,00
	Braulio, Fonseca & Caeiro, Lda.	3.731,65	3.731,65
	Francelina F. M. R. Santos/Ludovico A. F. Santos	4.925,00	4.925,00
	TOTAL	15.631,65	15.631,65



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.4 Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa e do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2018;
- Acompanhamento e apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à tesouraria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de disponibilidades.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

CONTA		SALDO FINAL			
		2015	2016	2017	2018
11	Caixa				
111	Caixa - Tesouraria Municipal	67 809,58	113 624,00	525 625,18	255 558,97
118	Fundo de Maneio				
TOTAL		67 809,58	113 624,00	525 625,18	255 558,97

CONTA		SALDO FINAL			
		2015	2016	2017	2018
12	Depósitos em Instituições Financeiras				
12101	Banco Santander Totta	28 428,85	103 909,63	145 848,98	142 688,11
12102	Caixa Geral de Depósitos	1 241 804,01	1 608 304,17	1 521 921,88	1 042 831,24
12103	Millenium BCP	181 802,33	689 879,05	278 935,81	309 006,03
12104	Novo Banco	58 718,91	55 888,16	56 622,91	56 672,21
12105	Montepio Geral	488 431,17	591 110,25	339 587,79	176 087,00
12107	Banco Português de Investimento	97 653,27	759 778,23	386 667,94	480 787,72
12108	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Évora	82 162,93	146 651,73	30 684,16	38 698,19
TOTAL		2 179 001,47	3 955 521,22	2 760 269,47	2 246 770,50

TOTAL DISPONIBILIDADES 2 246 811,05 4 069 145,22 3 285 894,65 2 502 329,47

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

	SALDO FINAL			
	2015	2016	2017	2018
- Execução orçamental	928.724,27	3.212.496,76	2.373.940,87	2.036.402,63
- Operações de tesouraria	1.318.086,78	856.648,41	911.953,78	465.926,84
Saldo da gerência	2.246.811,05	4.069.145,17	3.285.894,65	2.502.329,47

- c) Acompanharam-se as contagens de final de exercício, de forma a confirmar os montantes expressos no Balanço e Mapa de operações de tesouraria. Foram discutidas novas metodologias de registo. Ainda assim esta área merece uma reestruturação adequada. Propomos a revisão de todos os procedimentos, encerramento de caixas e controlo de maior profundidade nesta área.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 9.352.121,13€, tal como apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL			
		2015	2016	2017	2018
27	Acréscimos e diferimentos				
271	- Acréscimos de proveitos	791.752,83	1.684.853,83	823.995,59	9.224.061,14
272	- Custos diferidos	52.152,14	68.877,63	87.083,01	128.059,99
TOTAL		843.904,97	1.753.731,46	911.078,60	9.352.121,13

- b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- ✓ Acréscimos de proveitos (#27.1): impostos diretos, recebidos em 2019 e que respeitam ao exercício de 2018;
- ✓ Custos diferidos (#27.2): Seguros, pagos em 2018, e que respeitam a 2019, juros do ARD da AdVT.

6.3.6 Fundo patrimonial

- a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	2017	Aplicação dos resultados	Outros Movimentos	Resultado do exercício	2018
51 - Património	176.657.449,47		948.141,82		177.605.591,29
55 - Ajust.de partes de capital em emp.	6.246.821,92		28.096,25		6.274.918,17
57 - Reservas :	25.185.845,59				25.185.845,59
571 - Reservas legais	625.000,00				625.000,00
575 - Subsídios	239.917,57				239.917,57
576 - Doações	24.315.596,40				24.315.596,40
577 - Res.decor.da transf.de Ativos	5.331,62				5.331,62
59 - Resultados transitados	-102.700.785,60	-4.169.342,97	7.168.658,18		-99.701.470,39
88 - Resultados líquido do exercício	-4.169.342,97	4.169.342,97		2.186.031,46	2.186.031,46
TOTAL	101.219.988,41	-	8.144.896,25	2.186.031,46	111.550.916,12

- b) No ponto 2.28 do anexo às demonstrações financeira e no relatório de gestão, encontram-se descritos de forma sucinta a origem dos movimentos ocorridos no Fundo Patrimonial. As variações ocorridas na conta #55 – Ajustamento de partes de capital em empresas e #59 – Resultados transitados, resultam dos efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial aplicado às participadas (Maré e Habévora) e outros registos, necessários à aplicação do princípio da especialização dos exercícios.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.7 Passivos antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área das dívidas a pagar.

Comentários

- a) O valor das dívidas a pagar (com inclusão de operações de tesouraria e sem provisões) ascende a 66.765.448,05€, apresentando uma oscilação para menos de 1.793.470,17€, face ao ano de 2017.

O valor dos fornecedores correntes, registam um aumento, compensado com a diminuição das provisões constituídas para a dívida à entidade Águas de Vale do Tejo, S.A.

Efetivamente, ao abrigo do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro, foi firmado um acordo de regularização de dívida com a referida entidade. Segundo este diploma para a dívida reconhecida à data de 31/12/2018, a qual ascendia a 4.720.424,16 €, com juros associados de 70% dos juros vencidos, num total 2.972.902,88 € e até à data de assinatura do contrato o valor de 67.948,53 €, foi permitido um perdão de juros (30%), no valor de 1.274.101,24€.

Nestes termos, o valor do montante em dívida ascende a 7.758.275,57 €, a que acrescem juros de 3.275.360,05€, a pagar em 100 prestações trimestrais, com início em 15/06/2019 e até, 15/03/2044. A taxa de juro deste acordo está definida em 3,3425%. Face a este ARD, o anterior plano de pagamentos foi anulado, passando assim o atual plano de pagamentos a assumir um valor total de 11.033.635,62 €.

Em resumo:

ARD	
Faturas reconhecidas	4 720 424,16
70% Juros vencidos	2 972 902,88
Juros até à assinatura do contrato	64 948,53
TOTAL do acordo	7 758 275,57
Juros do acordo	3 275 360,05
TOTAL PLANO PAGAMENTOS	11 033 635,62
Perdão de 30% Juros	1 274 101,24



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2018/2017
		2015	2016	2017	2018	
21.7	Cauções	6.475,79	5.255,09	5.619,09	75.619,09	70.000,00
22	Fornecedores	32.444.729,04	7.849.737,03	4.864.639,20	9.337.200,72	7.449.870,74
2211	- Fornecedores c/c	22.071.353,42	5.588.883,21	414.970,04	7.864.840,78	
	- Fornecedores Factoring					
228	- Fornecedores em recepção e conferência	10.373.375,62	2.260.853,82	4.449.669,16	1.472.359,94	-2.977.309,22
23	Empréstimos Obtidos	35.034.167,63	64.193.586,60	60.789.163,39	55.604.230,42	
	- Curto Prazo					
2312	- Médio Longo Prazo	35.034.167,63	64.193.586,60	60.789.163,39	55.604.230,42	-5.184.932,97
24	Estado e Outros Entes Públicos	647.194,38	477.717,76	451.783,38	404.016,06	-47.767,32
26	Outros Credores	9.665.089,08	2.628.490,53	2.447.713,16	1.344.381,76	
2611	- Fornecedores de Imobilizado c/c	436.930,96	177.247,81	36.095,74	48.413,72	12.317,98
2614	- Fornecedores de Imobilizado - Factoring	5.106.965,00				
2615	- Fornecedores de Imobilizado- Cauções	323.207,03	92.739,21	92.739,21	66.797,87	-25.941,34
2618	- Fornecedores de Imobilizado em conferência	11.052,61	84.772,79	419.818,44	265.142,80	-154.675,64
263	- Sindicatos	4.184,56	56,86	68,44	69,80	1,36
2681	- Devedores e credores das Admin. Públicas	1.292.077,18	1.076.731,18	861.385,18	161.509,50	-699.875,68
2684	- Cred. De Transf.Aut.Locais	889.868,23	328.582,76	132.264,52	268.332,74	136.068,22
2685	- Cred.p/Oper.Tesouraria	502.379,23	536.966,14	594.274,09	95.785,64	-498.488,45
2689	- Cred. Diversos - Outros	793.444,63	23.451,84	16.084,47	17.137,47	1.053,00
269	- Adiantamentos por conta de vendas	304.979,65	307.941,94	294.983,07	421.192,22	126.209,15
TOTAL		77.797.655,92	75.154.787,01	68.558.918,22	66.765.448,05	-1.793.470,17
29	Provisões	1.309.800,57	1.014.514,62	5.403.001,71	462.088,57	-4.940.913,14
TOTAL		79.107.456,49	76.169.301,63	73.961.919,93	67.227.536,62	-6.734.383,31

b) As contas de Fornecedores e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto. Foi efetuada circularização a um número significativo de terceiros, pedindo a confirmação de saldos.

O total das dívidas de fornecedores correntes (#22) sofreram um aumento relevante, decorrente do acima exposto, tendo sido possível concluir o fecho do exercício sem pagamentos em atraso.

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2018/2017
		2015	2016	2017	2018	
22	Fornecedores					
	- Fornecedores c/c	22.071.353,42	5.588.883,21	414.970,04	7.864.840,78	7.449.870,74
	- Fornecedores em recepção e conferência	10.373.375,62	2.260.853,82	4.449.669,16	1.472.359,94	-2.977.309,22
TOTAL		32.444.729,04	7.849.737,03	4.864.639,20	9.337.200,72	4.472.561,52

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2018/2017
		2015	2016	2017	2018	
261	- Fornecedores de Imobilizado					
	- Fornecedores C/C	436.930,96	177.247,81	36.095,74	48.413,72	12.317,98
	- Fornecedores com caução	323.207,03	78.568,05	78.568,05	66.797,87	-11.770,18
	- Fornecedores em recepção e conferência	11.052,61	84.772,79	419.818,44	265.142,80	-154.675,64
	- Fornecedores com caução adjudicação		14.171,16	14.171,16		-14.171,16
	- Fornecedores Factoring	5.106.965,00				
TOTAL		5.878.155,60	354.759,81	548.653,39	380.354,39	-168.299,00

Do saldo em dívida, superior a 10 mil euros, à data de 31/12/2018, destacam-se os fornecedores abaixo apresentados:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

	2018				
	# 22.1	# 22.8	# 26.1.1	# 26.1.8	TOTAL
AGUAS VALE TEJO S A.	7.758.276				7.758.276
EDP - SERVICO UNIVERSAL, SA		20.770			20.770
EDP - DISTRIBUIÇÃO S.A		11.589			11.589
GALP POWER	33.475	290.821			324.296
ALUREP		11.370			11.370
ROSEGUR		13.561			13.561
GESAMB		121.944			121.944
ADSE		10.696			10.696
DIANAGÁS		12.325			12.325
INOKEM		11.160			11.160
ANIMAGEST		14.760			14.760
JANZ		13.138			13.138
NORBAT		55.471			55.471
EEW		17.712			17.712
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL S.A.		16.531			16.531
MEO		12.466			12.466
CGI		22.882			22.882
REPSOL		30.061			30.061
TEIXEIRA, PINTO & SOARES S.A.			40.188	54.420	94.608
CONSTRUTRADE				29.594	29.594
BKJ				22.214	22.214
ENGISOC				17.782	17.782
SGCOIN S.A.				16.750	16.750
AQUASIS S.A.				54.666	54.666
TOTAL	7.791.750	687.258	40.188	195.425	8.714.622
TOTAL CONTA NO BALANCETE 31/12/2018	7.864.913	1.472.360	48.414	265.143	9.385.687
%	99,07%	46,68%	83,01%	73,71%	92,85%

c) Os empréstimos obtidos apresentam a seguinte evolução:

CONTA	2017	DIMINUIÇÕES	2018	2018		GARANTIAS	ACRÉSCIMO 2017	ACRÉSCIMO 2018	PAGAMENTO 2018	GASTOS FINANCIAMENTO 2018
				CURTO PRAZO	M/LONGO PRAZO					
Empréstimos M/L Prazo										
Empréstimo 9015/006934/991	2 228 373,28	138 180,64	2 090 192,64	143 001,95	1 947 190,69	2 831 000,00	2 398,93	2 015,87	75 495,02	75 111,96
Empréstimo "Prog. Pagar a Tempo e Horas"	250 622,40	250 622,40					125,20		2 150,30	2 025,10
Empréstimo PREDE	1 212 856,80	808 571,20	404 285,60	404 285,60			444,17	148,96	8 496,74	8 201,53
Empréstimo PAEL	25 184 620,64	1 624 814,24	23 559 806,40	1 624 814,24	21 934 992,16		104 308,27	97 578,70	814 204,32	807 474,75
Empréstimo Saneamento (CGD)	14 098 557,69	1 105 769,24	12 992 788,45	1 105 769,24	11 887 019,21	14 375 000,00	55 695,57	48 857,21	321 195,16	314 356,80
Empréstimo Saneamento (BPI)	14 136 247,97	968 513,69	13 167 734,28	990 489,80	12 177 244,48	14 375 000,00	56 180,06	52 331,01	309 931,94	306 082,89
Empréstimo Saneamento (CA)	3 677 884,61	288 461,56	3 389 423,05	288 461,56	3 100 961,49		16 856,97	15 534,85	99 522,25	98 200,13
TOTAL	60 789 163,39	5 184 932,97	55 604 230,42	4 556 822,39	51 047 408,03	31 581 000,00	236 009,17	216 466,60	1 630 995,73	1 611 453,16

O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente, e conciliados com as provas obtidas, junto do Banco de Portugal e Direção Geral Tesouro e Finanças.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

d) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA		SALDO FINAL			
		2015	2016	2017	2018
24	Estado e Outros Entes Públicos				
242	- Retenção de impostos s/rendimento				
2421	- Trabalho dependente	312.629,00	103.949,00	104.229,00	105.116,00
2422	- Trabalho independente	2.167,57	1.368,08	1.346,04	2.303,52
2424	- Prediais	5.610,00	1.650,00	1.650,00	1.650,00
2425	- Sobretaxa extraordinária de IRS	19.822,00	2.334,00		
2429	- Outros				
243	- IVA		6.329,45	4.158,31	5.994,55
244	- Restantes impostos	5,00	215,38	5,00	10,00
245	- Contribuições p/Seg.Social	306.960,81	361.871,85	340.395,03	288.941,99
TOTAL		647.194,38	477.717,76	451.783,38	404.016,06

O pagamento de impostos tem vindo a ser efetuado nos prazos previstos.

e) Face à participação no capital do FAM, no valor de 969.057 €, nos termos do plano financeiro associado, encontra-se por realizar o valor de:

2018	Curto prazo	107.673,00 €	a pagar em 2019
	Médio e longo prazo	53.836,50 €	a pagar em 2020
		161.509,50 €	

f) A conta Credores diversos – Outros (#26.8.9), no montante total de 17.137,47 €, diz respeito ao valor das cauções do MME decorrente do processo de integração da participada, por internalização da mesma.

g) Os adiantamentos por conta de vendas correspondem às entregas por conta de futuras escrituras de compra e venda de terrenos, no montante de 421.192,22€.

POR CONTA DE VENDA DE TERRENOS	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
FERNANDO DOURADO	22.227,57	22.227,57	
NOVABIT	5.927,35	5.927,35	5.927,35
PROJECTOS COOK SELF UNIPessoal, LDA	9.183,65		
SOUSAS GRANITOS - SOC IND MAR GRAN LDA	3.859,90	3.859,90	3.859,90
CARLOS HENRIQUETO DELGADO LDA	6.250,00	6.250,00	6.250,00
ANA FILIPA PAIXAO BARABAS (BIBES JANOTAS)	17.750,00	17.750,00	17.750,00
VITOR ABREU, UNIPessoal, LDA	7.409,19	7.409,19	7.409,19
JOSUE MANUEL VAQUEIRINHO LADEIRAS	1.454,90	1.454,90	727,45
JACINTO MANUEL COELHO QUINTAL	2.909,80	2.909,80	1.454,90
JOSÉ FLORÊNCIO SILVA CAVACO	1.450,75	1.450,75	725,38
TELMO MADURO ALUMINIOS	1.454,90	1.454,90	727,45
AEMPLAS RECICLA LDA	39.065,73	39.065,73	19.532,87
PAULO CHARRUA, UNIP., LDA	727,45	727,45	727,45
PAULO CHARRUA, UNIP., LDA	727,45	727,45	727,45
JOSÉ MANUEL CONCEIÇÃO NOITES	89.100,00	89.100,00	89.100,00
OPTIMAL II AEROSTRUCTURES LDA	23.465,95	23.465,95	23.465,95
AGROVISUL	5.927,35		
EMMAD II - EMBALAGENS TÉCNICAS, LDA	69.050,00		
BRINOVA - BIOQUÍMICA, LDA		7.346,92	7.346,92
COMPENDIONAUTA S.A.		18.733,27	18.733,27
JOTAS ANEIS		23.978,83	
ATOMO PERFEITO		21.143,11	21.143,11
SERGIO PAULO MENDES BANDEIRA UNIPessoal LDA.			3.704,60
SANTOS E COMERCIAL VALE SUL DISTRIBUIÇÃO LDA.			112.500,00
JOSE CASQUEIRO UNIPessoal LDA.			3.704,60
ROSADO & FILHOS			303,82
ELETRICIDADE AUTOMÓVEL MANUEL RUI E LUIS MAXIMINO LDA.			3.704,60
JOAQUIM ZITA COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, LDA.			5.699,40
JOSÉ MANUEL MENDES COELHO			2.468,50
PLEASANTRACING LDA			13.885,96
ALICE DIREITO			3.704,50
BRISA D'ELOGIOS, LDA.			45.907,60
TOTAL DA CONTA 26.9.2	307.941,94	294.983,07	421.192,22



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surge também no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em acréscimos de custos e proveitos diferidos, sendo a sua composição em 2018 a seguinte:

CONTA		SALDO FINAL			
		2015	2016	2017	2018
27	Acréscimos e diferimentos				
273	- Acréscimos de custos	2.908.959,04	2.861.809,02	2.924.156,74	3.409.665,80
	- Remunerações a liquidar	2.197.174,97	2.168.177,37	2.236.696,02	2.424.402,75
	- Juros a liquidar	152.278,69	243.796,35	236.009,17	216.466,60
	- Outros acréscimos de custos	559.505,38	449.835,30	451.451,55	768.796,45
27.4	- Proveitos diferidos	18.263.026,57	17.624.812,09	16.470.966,65	15.539.605,28
	- Terrenos - Direito de Superfície	662.581,02	596.595,68	572.029,07	
	- Subsídios para investimento	17.585.768,09	17.015.275,93	15.882.592,06	15.523.259,76
	- Outros proveitos diferidos	14.677,46	12.940,48	16.345,52	16.345,52
TOTAL		21.171.985,61	20.486.621,11	19.395.123,39	18.949.271,08

- b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

- **Acréscimos de custos (#27.3):**
 - ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2018, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2019, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas e horas extraordinárias e ajudas de custo;
 - ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
 - ✓ Encargos de cobrança e reembolsos dos impostos dezembro de 2018, recebidos em janeiro de 2019;
 - ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas;
 - ✓ Restituição de IMI, à Habévora, conforme reunião de 08/10/2008 (180.047,29€);
 - ✓ Outros custos faturados em 2019, respeitantes ao exercício de 2018.
- **Proveitos Diferidos (#27.4):**

Subsídios ao investimento

A reposição de subsídios está a ser processada mensalmente, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício, apresentando a seguinte expressão:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

CONTA	PROVEITOS DIFERIDOS	2017	AUMENTOS	REPOSIÇÃO e/ou REDUÇÃO	2018
	Subsídios para investimento				
	- Outras	86.270,89		28.756,96	57.513,93
	- FEDER	1.024.137,37		341.379,12	682.758,25
	- Turismo de Portugal - Valor. Aqueduto Água de Prata	47.746,08	72.129,08	825,03	119.050,13
	- Pavilhão Multiusos - Praça de Touros	1.503.287,50		21.450,00	1.481.837,50
	- Remodelação rede de água - Azaruja	24.425,90		22.447,49	1.978,41
	- Ligação Piscinas Z.Oeste V.Alegre/est. Piscinas	141.847,21		23.372,63	118.474,58
	- Rede Viária Principal da Cidade - 1ª Fase	621.740,62		122.309,63	499.430,99
	- Escola do Rossio	33.670,39		501,92	33.168,47
	- Escola do Bairro da Câmara	33.836,06		504,39	33.331,67
	- Escola da Cruz da Picada	119.084,29		1.775,17	117.309,12
	- Escola da Vista Alegre	84.243,17		1.255,80	82.987,37
	- Escola da Senhora da Glória	85.172,59		1.269,65	83.902,94
	- Escola da Horta das Figueiras	72.018,91		1.073,57	70.945,34
	- Escola do Frei Aleixo	81.317,78		1.212,19	80.105,59
	- Expansão do PITE	792.589,95		99.214,70	693.375,25
	- Aeródromo Municipal - 3ª Fase	158.326,55		15.701,80	142.624,75
	- URBCOM	64.247,72		58.935,51	5.312,21
	- Restauro do Convento dos Remédios 1ª Fase	192.188,05		46.988,18	145.199,87
	- Restauro do Convento dos Remédios 2ª Fase	119.254,79		23.428,61	95.826,18
	- Escola EB1/JI do Bacele	1.541.587,57		21.578,92	1.520.008,65
	- Escola EB1/JI dos Canaviais	1.118.430,96		14.763,95	1.103.667,01
	- Loteamento Aeronáutico D'Évora	1.576.730,90		188.210,21	1.388.520,69
	- Beneficiação de EM 526 (N.ª S.ª Machede)	575.185,01		82.103,58	493.081,43
	- Requalificação das Piscinas Municipais	170.197,44		6.086,08	164.111,36
	- Escola EB1 André de Resende	4.225.059,04		52.868,31	4.172.190,73
	- Tecnopolo PCTA	638.711,67		8.093,50	630.618,17
	- MME obras em curso	606.161,31		12.949,53	593.211,78
	- Reabilitação Av. Túlio Espanca (EN114)	135.107,83			135.107,83
	- Acesso pedonal à Porta da Traição	5.110,51	991,10		6.101,61
	- Canil/Gatil Municipal Évora	4.904,00	15.000,00		19.904,00
	- Laboratórios Vivos p/ a Descarbonização		80.000,00		80.000,00
	- Requalificação e Modernização Escola S.Mamede		19.355,48		19.355,48
	- Requalificação do JI do Bairro Sto. António		29.623,08		29.623,08
	- Centros de Acolhimento Turístico e Int.Evora Alentejo Central		67.277,92		67.277,92
	- Requalificação Modernização Escola Cruz Picada		5.106,27		5.106,27
	- Requalificação Modernização Escola Bairro Almeirim		23.279,90		23.279,90
	- Intervenção Integrada Remoção Coberturas Fibrocimento		3.884,26		3.884,26
	- Requalificação Ligação Cidade ao PAE (1ª Fase)		470.331,58		470.331,58
	- Planos integrados inovadores de combate ao insucesso escolar		27.212,02		27.212,02
	- Valorização, Promoção e Desenvolvimento Pat.Hist.Cultural		10.751,74		10.751,74
	- LIMUS - Interreg Espanha-Portugal		14.781,70		14.781,70
	TOTAL	15.882.592,06	839.724,13	1.199.056,43	15.523.259,76



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.9 Provisões para cobranças duvidosas e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

- a) As provisões e contingências (#29, #39 e #49) apresentam os seguintes valores, tendo-se desagregado as contas para melhor controlo, pelo que a leitura dos valores não pode ser feita de forma direta.

PROVISÕES	2017	2018
ATIVO		
- Para cobranças duvidosas		
- Águas	2 753 174,22	1 512 761,46
- Contribuintes		340 805,90
- Utentes		192 951,95
- Outros devedores	657 663,26	727 982,51
- Empréstimos Concedidos FAME	15 631,65	15 631,65
- Cobranças em litígio		387 839,97
TOTAL COBRANÇA DUVIDOSA	3 426 469,13	3 177 973,44
ATIVO		
- Para depreciação de existências	179 057,32	141 228,38
TOTAL PARA EXISTÊNCIAS	179 057,32	141 228,38
ATIVO		
- Para investimentos financeiros	32 232,00	250,00
TOTAL PARA EXISTÊNCIAS	32 232,00	250,00
TOTAL ATIVO	3 637 758,45	3 319 451,82

PROVISÕES	2017	2018
PASSIVO		
- Processos judiciais em curso	1 080 188,41	462 088,57
TOTAL PASSIVO	5 403 001,71	462 088,57



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- b) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.
- c) Foram enviadas cartas a Advogados/Juristas, a solicitar eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso, de forma a conciliar os valores contabilizados no Município. As respostas obtidas quanto a eventuais responsabilidades futuras originaram o reforço das provisões para este efeito. quanto a provisões de processos judiciais em curso. Os mesmos discriminam-se da seguinte forma:
- d) Como é visível as provisões para processos judiciais em curso e outros riscos e encargos, assumem uma diminuição decorrente da avaliação e conclusão de processos judiciais, bem como da utilização das provisões constituídas em anos anteriores, face ao ARD firmado com a entidade Águas de Vale do Tejo, S.A.

6.3.10 Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas reflete, o valor da água processada para venda e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

	2018	2017	2016	2015
Água	2 513 313,61	2 693 029,70	2 649 684,66	2 510 924,85
Matérias primas	176 625,49	203 274,62	122 487,79	101 166,24
Matérias subsidiárias	245 437,49	240 971,63	213 427,21	225 137,01
Lubrificantes e combustíveis	459 086,22	402 343,61	160 273,00	18 330,95
Ferramentas e utensílios	41 774,49	43 380,63	36 923,34	32 808,80
Limpeza, higiene e conforto	102 302,44	97 353,33	96 465,13	93 615,09
Outros	244 188,71	273 825,09	203 310,22	86 796,70
TOTAL	3 782 728,45	3 954 178,61	3 482 571,35	3 247 335,52

	2018	2017	2016	2015
+ Existências iniciais	1 123 933,91	1 068 712,96	984 201,85	967 060,83
+ Compras	3 717 835,40	3 979 602,25	3 708 616,68	3 301 205,94
+/- Regularização de existências	60 958,11	29 797,31	-141 534,22	-36 729,40
- Existências finais	1 119 998,97	1 123 933,91	1 068 712,96	984 201,85
= Custo mercadorias vendidas e mat. consumidas	3 782 728,45	3 954 178,61	3 482 571,35	3 247 335,52



ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.

Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
621	Subcontratos	2.675.395,70	2.515.032,98	2.112.913,48	1.946.761,16	-166.152,32	17,16%
62211	Electricidade	1.610.293,73	2.066.630,96	1.908.898,91	1.991.833,89	82.934,98	17,56%
62212	Combustíveis	368.922,10	65.136,90	50.364,26	100.619,68	50.255,42	0,89%
62213	Água para consumo	6.675,62	4.752,97	5.660,92	969,48	-4.691,44	0,01%
62215	Ferramentas e utensílios	30,45			1.363,77	1.363,77	0,01%
62216	Livros e documentação técnica	1.600,60		2.175,08	2.980,01	804,93	0,03%
62217	Material de escritório	2.670,66	985,46	512,46	497,54	-14,92	
62218	Artigos para oferta	1.309,84	2.808,91	2.026,14	3.958,36	1.932,22	0,03%
62219	Rendas e alugueres	417.728,67	490.390,67	468.463,71	545.705,13	77.241,42	4,81%
62220	Aterro sanitário	1.052.454,01	1.005.512,48	1.253.778,23	1.145.332,51	-108.445,72	10,09%
62221	Despesas de representação	221,56					
62222	Comunicação	400.786,53	407.541,87	404.113,19	366.181,98	-37.931,21	3,23%
62223	Seguros	98.248,14	174.018,00	186.986,24	179.689,30	-7.296,94	1,58%
62225	Transportes mercadorias	17.079,62	12.277,43	4,61	2.058,08	2.053,47	0,02%
62227	Deslocações e estadas	23.316,26	21.316,71	27.734,80	23.800,07	-3.934,73	0,21%
62229	Honorários	99.514,48	111.160,18	236.925,88	399.277,85	162.351,97	3,52%
62230	Produtos químicos e farmacêuticos	2.202,91	1.778,21	2.269,92	2.150,51	-119,41	0,02%
62231	Contencioso e notariado	6.509,76	3.802,08	156,00		-156,00	
62232	Conservação e reparação	137.830,07	145.342,84	277.453,91	178.248,69	-99.205,22	1,57%
62233	Publicidade e propaganda	47.432,36	61.075,22	59.248,06	48.516,67	-10.731,39	0,43%
62234	Limpeza higiene e conforto	54.246,86	154.303,11	272.422,03	110.649,61	-161.772,42	0,98%
62235	Vigilância e segurança	304.293,69	336.298,03	255.457,34	304.284,00	48.826,66	2,68%
62236	Trabalhos especializados	596.751,57	548.899,58	864.187,25	960.444,37	96.257,12	8,47%
62237	Transportes escolares	200.669,54	267.944,50	294.415,28	250.714,74	-43.700,54	2,21%
62251	Alimentação - Refeições	50.368,41	52.096,47	69.081,16	79.443,94	10.362,78	0,70%
62252	Alimentação - Géneros para confeccio	937,59	861,48	1.561,02	607,66	-953,36	0,01%
62253	Material de educação, cultura e recreio	1.051,82			1.981,30	1.981,30	0,02%
62254	Artigos honorífico se de decoração				25,00	25,00	
62255	Formação	9.519,37	15.959,88	15.677,85	17.190,25	1.512,40	0,15%
62256	Cobrança Agua - Serv. Prest. Pelas Juntas		7.796,10	7.076,50	3.249,38	-3.827,12	0,03%
62257	Outro Material - Peças	59.303,12	73.346,78	71.240,34	60.273,27	-10.967,07	0,53%
62258	Portes	40,16	300,52	37,37	288,09	250,72	
62259	Assistência Técnica	48.832,90	52.871,15	83.549,85	52.713,84	-30.836,01	0,46%
62261	Direitos Autorais	7.456,68	8.693,44	13.207,00	27.310,00	14.103,00	0,24%
62290	Encargos de cobrança	189.603,82	178.217,23	191.690,22	189.672,81	-2.017,41	1,67%
62291	Encargos de cobrança de impostos	260.179,50	293.683,67	283.285,91	338.611,25	55.325,34	2,98%
62298	Outros FSE	1.274.171,34	1.703.481,07	1.825.679,61	2.008.535,46	182.855,85	17,71%
TOTAL		10.027.649,44	10.784.316,88	11.248.254,53	11.345.939,65	97.685,12	100,00%

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

Os fornecimentos e serviços externos oscilaram positivamente em 97 mil euros. O peso e o valor das variações positivas, das componentes mais significativas, encontra-se assinalado no quadro acima.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

A conta de transferências e subsídios correntes variou de forma positiva em 389.239€, relativamente ao ano transato.

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES						
63.1	Transferências correntes concedidas	841.112,86	741.326,39	691.496,39	730.827,37		
	- Municípios	553,32					
	- Freguesias	401.633,28	306.787,52	259.637,98	289.270,65	29.632,67	26,77%
	- Associações de Municípios	158.670,62	186.277,13	245.738,96	194.759,43	-50.979,53	18,02%
	- Outros	174.572,88	146.525,90	96.354,14	116.704,60	20.350,46	10,80%
	- Instituições particulares	0,00	14.386,82	13.346,22	12.144,33	-1.201,89	1,12%
	- Instituições sem fins lucrativos	25.583,39	7.810,56		47.192,00	47.192,00	4,37%
	- Famílias	80.099,37	79.538,46	76.419,09	70.756,36	-5.662,73	6,55%
63.2	Subsídios correntes				349.908,99		
	- Emp. Púb.Municipais e Intermunicipais				349.908,99	349.908,99	32,38%
TOTAL		841.112,86	741.326,39	691.496,39	1.080.736,36	389.239,97	100,00%

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas apresentados na conta de gerência, os montantes pagos no exercício de 2018.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte variação:

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
64	CUSTOS COM O PESSOAL						
641	Remunerações Órgãos Autárquicos	241.312,08	252.166,25	252.504,42	255.758,47	3.254,05	1,38%
64.2	Remunerações do pessoal	13.847.852,95	13.637.432,62	13.730.251,61	14.527.643,87		
	- Remunerações base	10.080.602,93	9.895.669,49	9.700.818,14	10.277.180,41	576.362,27	55,35%
	- Suplementos de remunerações	3.701.507,33	3.673.399,22	3.959.442,35	4.186.517,58	227.075,23	22,55%
	- Prestações sociais directas	65.742,69	68.363,91	69.991,12	63.945,88	-6.045,24	0,34%
645	Encargos s/ Remunerações	2.925.082,43	3.487.051,26	3.185.113,71	3.311.329,48	126.215,77	17,83%
646	Seguros Acid.Trab.Doenças Prof.		89.943,96	70.000,00	92.073,85	22.073,85	0,50%
648	Outros Custos com o Pessoal	386.401,11	450.036,77	406.501,20	382.421,47	-24.079,73	2,06%
TOTAL		17.400.648,57	17.916.630,86	17.644.370,94	18.569.227,14	924.856,20	100,00%

Verifica-se que a conta de custos com o pessoal sofreu uma variação positiva. No ano de 2018, o Município teve um aumento de 84 trabalhadores, para além das alterações de remunerações associadas à legislação nesta matéria.

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal – suplementos de remunerações (#64.2), verificam-se as seguintes oscilações:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

Suplementos de remunerações	2015	2016	2017	2018	Varição
					2018/2017
Trabalho extraordinário	198.145,38	260.711,81	427.342,45	375.469,82	-51.872,63
Trabalho em regime de turnos	169.030,99	180.875,96	198.867,50	236.224,02	37.356,52
Abono para falhas	38.136,40	39.323,25	45.603,40	47.151,17	1.547,77
Subsidio de refeição	1.052.400,47	1.011.334,20	1.072.533,65	1.132.372,17	59.838,52
Ajudas de custo	38.020,55	22.322,07	22.986,22	24.968,70	1.982,48
Senhas de presença	1.631,25	1.502,63	1.755,36	992,16	-763,20
Emolumentos notariais					0,00
Representação	66.442,41	68.606,62	66.668,69	69.632,36	2.963,67
Subsidio de férias e Natal	1.768.624,35	1.744.958,52	1.752.777,03	1.829.532,45	76.755,42
Remunerações por doença	340.920,84	301.913,28	322.734,63	420.931,38	98.196,75
Abono de transporte		16.608,04	21.799,82	21.157,59	-642,23
Outros suplementos e prémios	28.154,69	25.242,84	26.373,60	28.085,76	1.712,16
TOTAL	3.701.507,33	3.673.399,22	3.959.442,35	4.186.517,58	227.075,23

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, foram efetuadas estimativas relativas ao subsídio de férias, férias, respetivos encargos (SS e CGA), ajudas de custo e horas extraordinárias.

Conta 65 – OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais apresentam a seguinte desagregação:

CONTA	2015	2016	2017	2018	Varição 2018/2017	2018 Peso (%)
65 OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS						
Taxa Recursos Hidricos - Agua				110 735,72	110 735,72	31,52%
Taxas Recursos Hidricos - Saneamento				45 934,01	45 934,01	13,07%
Taxa Gestão Resíduos				194 670,29	194 670,29	55,41%
Imposto sobre o rendimento	46,86		256,13		-256,13	
IVA		1 896 412,32				
TOTAL	46,86	1 896 412,32	256,13	351 340,02	351 083,89	100,00%

Em 2018, por indicação da ERSAR, iniciou-se a contabilização dos custos relativos às TRH's e Taxa de Gestão de Resíduos nesta conta, como forma de apuramento dos custos relacionados com estas atividades, de forma mais correta.

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS						
681	Juros Suportados	3.690.969,12	2.975.467,50	1.805.092,96	4.481.522,63	2.676.429,67	93,53%
682	Perdas em entidades participadas		753.969,39	48.057,29	301.851,70	253.794,41	6,30%
688	Outros	13.376,80	10.685,02	6.796,24	8.394,79	1.598,55	0,18%
TOTAL		3.704.345,92	3.740.121,91	1.859.946,49	4.791.769,12	2.931.822,63	100,00%

Para além dos juros suportados, registou a perda verificada de uma das participadas e outros encargos de natureza financeira.

Quanto à conta #68.1 – Juros Suportados, procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções.

	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Juros de Emp. Curto Prazo					
Juros de Emp. de ML Prazo	1 339 369,71	1 337 080,24	1 740 915,96	1 611 453,16	-129 462,80
Juros de Mora	2 019 135,28	1 483 551,81	64 177,00	2 870 069,47	2 805 892,47
Outros	332 464,13	154 835,45			
TOTAL	3 690 969,12	2 975 467,50	1 805 092,96	4 481 522,63	2 676 429,67

Os juros de mora resultam do essencialmente do ARD celebrado com a entidade Águas de Vale do Tejo, S.A.

Os juros dos empréstimos foram conciliados com o mapa do empréstimos e respetivas especializações efetuadas, no cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
69	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL						
69.1	Transferências capital concedidas	820.877,39	428.246,95	434.297,89	497.958,02		
	- Freguesias	814.172,53	418.101,80	430.143,14	497.768,27	67.625,13	46,32%
	- Associações de Municípios	4.234,09	7.403,90	2.871,82		-2.871,82	
	- Instituições particulares	787,50					
	- Famílias	1.683,27	2.741,25	1.282,93	189,75	-1.093,18	0,02%
692	Dividas Incobráveis		1.885.273,53	87.882,67		-87.882,67	
693	Perdas em existências	51.060,10	144.947,04	2.956,09	53.872,43	50.916,34	5,01%
694	Perdas em imobilizações	485.927,52	409.366,79	522.253,56	1.436,46	-520.817,10	0,13%
695	Multas	615,13	541.457,04	58.100,69	8.736,88	-49.363,81	0,81%
696	Amortizações/provisões	412.530,10	501.950,08				
697	Perdas exercicios anteriores	875.686,46	459.904,40	501.121,38	295.577,20	-205.544,18	27,50%
698	Outras	8.447,50	100.981,60	141.688,01	217.115,09	75.427,08	20,20%
TOTAL		2.655.144,20	4.472.127,43	1.748.300,29	1.074.696,08	-673.604,21	100,00%

Regista as transferências e subsídios de capital para as instituições, perdas registadas em existências decorrentes dos inventários efetuados, perdas em imobilizações por alienações ou abates, penalizações, perdas de exercícios anteriores e outras.

O mapa das transferências apresentado na conta de gerência está conciliado com a despesa paga apresentada na classificação económica ao nível da contabilidade orçamental.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.11 Proveitos e ganhos

Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta conta apresenta a desagregação abaixo.

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2017/2018	2018 Peso (%)
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS						
71.1	Vendas						
	Mercadorias	7.898,86	3.209,61	2.227,10	10.792,81		
	- Animais	300,00	100,00	100,00	150,00	50,00	
	- Plantas	1.345,45	1.782,73	1.791,76	1.778,97	-12,79	0,02%
	- Cemitérios	6.253,41	1.326,88	335,34	8.863,84	8.528,50	0,09%
	Produtos acabados e intermédios	2.217.934,38	2.425.289,10	2.421.112,73	2.442.161,05		
	- Agua	2.217.934,38	2.425.289,10	2.421.112,73	2.442.161,05	21.048,32	25,09%
	Venda de Bens	10.484,38	41.205,18	26.765,60	3.576,36		
	- Livros e documentação técnica		1.473,26	1.916,83	1.752,56	-164,27	0,02%
	- Publicações, Impressos e Livros	2.134,92	143,77	15,97	8,00	-7,97	
	- Outros	8.349,46	39.588,15	24.832,80	1.815,80	-23.017,00	0,02%
71.2	Prestações de serviços	3.509.648,87	3.779.477,60	4.136.749,88	4.088.723,97		
	- Saneamento	1.930.182,89	2.098.730,40	2.171.659,52	1.965.968,03	-205.691,49	20,19%
	- Resíduos Sólidos	375.249,33	478.408,62	1.018.585,86	1.022.113,47	3.527,61	10,50%
	- Transportes escolares	21.661,18	16.664,81	14.149,99	14.846,31	696,32	0,15%
	- Trabalhos por conta particulares	48.941,02	42.726,85	54.565,52	71.666,60	17.101,08	0,74%
	- Cemitérios	235.745,75	255.653,46	55.096,93	50.118,48	-4.978,45	0,51%
	- Mercados e feiras			170.943,72	221.570,27	50.626,55	2,28%
	- Parques de Estacionamento	676.274,17	670.391,92	443.737,65	498.202,52	54.464,87	5,12%
	- Serviços Sociais, recreativos, culturais e de desporto	104.770,31	137.401,53	133.003,86	127.805,10	-5.198,76	1,31%
	- Outros Serviços	72.716,35	16.659,55	23.642,08	33.104,70	9.462,62	0,34%
	- Outros	44.107,87	62.840,46	51.364,75	83.328,49	31.963,74	0,86%
71.3	Rendas e alugueres	3.017.308,13	3.724.383,24	3.214.572,38	3.189.901,42		
	- Habitação	5.075,75	5.299,18	5.325,42	5.182,15	-143,27	0,05%
	- Edifícios	72.202,85	182.348,31	137.648,72	120.265,77	-17.382,95	1,24%
	- Outros	2.940.029,53	3.536.735,75	3.071.598,24	3.064.453,50	-7.144,74	31,48%
TOTAL		8.763.274,62	9.973.564,73	9.801.427,69	9.735.155,61	-66.272,08	100,00%

Para as componentes de maior expressão associadas ao réditto, procedemos ao controlo dos registos mensais, face às listagens extraídas do sistema, tendo as mesmas sido conciliadas na sua materialidade.

Face aos anos de 2015 e 2016, é de realçar a quebra nos rendimentos associados ao estacionamento, se bem que no exercício de 2018, tenha havido uma recuperação.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT), estando os mesmos concordantes. Para os valores de dezembro de 2018, apenas recebidos em 2019, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Nos impostos diretos, verifica-se um aumento num total de 3,2 milhões de euros que contribuíram de forma positiva para o resultado apurado.

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
72	IMPOSTOS E TAXAS						
72.1	IMPOSTOS DIRECTOS	11.527.129,20	12.740.848,02	12.391.595,48	15.632.434,25		
	- IMI	7.243.918,64	7.344.738,07	6.553.499,78	7.861.294,27	1.307.794,49	45,12%
	- IMT	2.053.100,53	2.914.169,75	3.645.065,14	5.194.583,68	1.549.518,54	29,81%
	- Derrama	1.068.500,20	1.295.360,98	937.592,65	1.243.396,63	305.803,98	7,14%
	- Impostos abolidos						
	- IUC	1.161.609,83	1.186.579,22	1.255.437,91	1.333.159,67	77.721,76	7,65%
72.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	155.486,29	303.493,56	155.890,12	160.349,41		
	- Loteamentos de obras	826,30	499,92				
	- Publicidade	126.538,95	264.328,30	124.355,36	129.521,59	5.166,23	0,74%
	- Outros	28.121,04	38.665,34	31.534,76	30.827,82	-706,94	0,18%
72.4	TAXAS	1.614.876,68	1.247.421,63	1.737.585,48	1.921.150,45		
	- Mercados e feiras	11.510,34	1.336,94	1.542,78	1.520,92	-21,86	0,01%
	- Loteamentos de obras	846.793,73	383.559,15	268.151,29	433.286,24	165.134,95	2,49%
	- Ocupação Via Pública	556.926,87	547.816,54	658.603,48	627.688,52	-30.914,96	3,60%
	- Canídeos e gatídeos	3.515,67	3.364,10	7.767,60	8.115,57	347,97	0,05%
	- Saneamento	26.582,36	64.370,56	192.789,57	197.817,06	5.027,49	1,14%
	- Águas - Taxas Associadas	51.853,86	118.838,22	457.327,45	493.941,86	36.614,41	2,83%
	- Outras	117.693,85	128.136,12	151.403,31	158.780,28	7.376,97	0,91%
72.5	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-138.575,09	-85.931,00	-177.846,81	-287.659,22	-109.812,41	-1,65%
72.6	ANULAÇÕES	-744.284,66	-42.286,24	-12.343,28	-5.338,80	7.004,48	-0,03%
72.8	OUTROS	239,34	642,58	2.508,69	3.629,71	1.121,02	0,02%
TOTAL		12.414.871,76	14.164.188,55	14.097.389,68	17.424.565,80	3.327.176,12	100,00%

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
74	TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS						
	ORÇAMENTO DO ESTADO	16.832.140,13	16.524.695,31	16.984.719,28	17.692.729,59		
	Transferências Correntes	15.289.330,16	15.268.554,71	15.915.757,20	16.334.441,62		
	- Fundo Coesão Municipal	53.220,40					
	- Freguesias	2.122.468,29					
	- FEF	8.169.149,02	8.791.684,52	9.327.003,00	9.250.535,00	-76.468,00	51,98%
	- FSM	810.158,00	810.158,00	810.158,00	810.158,00		4,55%
	- Participação Variável IRS	3.139.148,00	3.014.594,00	2.947.961,00	3.244.748,00	296.787,00	18,23%
	- Transportes escolares						
	- Outras	995.186,45	2.652.118,19	2.830.635,20	3.029.000,62	198.365,42	17,02%
	Transferências de Capital	1.542.809,97	1.256.140,60	1.068.962,08	1.358.287,97		
	- FEF	1.441.615,00	1.157.331,00	1.036.334,00	1.027.837,00	-8.497,00	5,78%
	- Coperação Técnica e Financeira	101.194,97	98.809,60	32.628,08	330.450,97	297.822,89	1,86%
	FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS	186.133,42	111.281,83	28.338,98	41.641,64		
	EXTERIOR			900,00		-900,00	
	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	4.498,42					
	EMPRESAS	78.157,57	70.523,43	76.517,84	61.750,00	-14.767,84	0,35%
TOTAL		17.100.929,54	16.706.500,57	17.090.476,10	17.796.121,23	705.645,13	100,00%

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas, para além do mapa das transferências e subsídios recebidos.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS						
781	Juros Obtidos	207,86					
782	Ganhos em entidades participadas	63 480,05	276 446,34	27 104,93	32 151,77	5 046,84	94,79%
78.4	Rendimentos de participações de capital			1 219,69		-1 219,69	0,00%
788	Outros	131,50	15,81		1 765,64	1 765,64	5,21%
TOTAL		63 819,41	276 462,15	28 324,62	33 917,41	5 592,79	100,00%

A oscilação ocorrida de ganhos em entidades participadas é respeitante ao registo dos ganhos das entidades participadas, quanto à aplicação do método da equivalência patrimonial. Os outros rendimentos refletem juros de mora cobrados.

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA		2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	2018 Peso (%)
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS						
792	Recuperação de dívidas	134,84	121,45	622,48	856,34	233,86	0,01%
793	Ganhos em existências	14.330,70	3.412,82	32.753,38	114.830,54	82.077,16	1,50%
794	Ganhos em imobilizações	258.556,93	341.758,93	119.490,88	64.822,29	-54.668,59	0,85%
795	Benefícios e penalidades contratuais	193.860,10	868.641,59	329.898,52	204.900,70	-124.997,82	2,68%
796	Reduções de amortizações e provisões	1.771.757,46	3.633.896,83	335.776,03	1.623.824,80	1.288.048,77	21,21%
797	Ganhos exercícios anteriores	159.595,33	1.395.428,77	3.701.500,36	3.943.676,54	242.176,18	51,51%
798	Outros	1.185.906,95	1.421.230,33	1.375.817,24	1.702.805,62	326.988,38	22,24%
TOTAL		3.584.142,31	7.664.490,72	5.895.858,89	7.655.716,83	1.759.857,94	100,00%

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, que não são considerados operacionais. Traduz uma oscilação positiva, essencialmente, por via das reduções de amortizações e provisões, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

Os ganhos de exercícios anteriores, refletem a anulação do acordo de pagamento anteriormente estabelecido com as Águas de Vale do Tejo, face ao registo do ARD, já antes explicitado.

Os outros proveitos (#79.8) assumem um valor significativo, representando essencialmente a reposição dos subsídios ao investimento, os quais assumem o valor de 1.199.056,43 €.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E RECEBIMENTOS EM ATRSO

7.1 Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2015 a 2018, é a seguinte:

Componente Económica

	2015	2016	2017	2018
Custos e Perdas	46.916.578,57	52.183.221,02	51.132.556,95	50.827.318,45
Proveitos e Ganhos	42.026.572,18	48.845.933,23	46.963.213,98	53.013.349,91
Resultado Líquido do Exercício	-4.890.006,39	-3.337.287,79	-4.169.342,97	2.186.031,46

Componente Financeira

	2015	2016	2017	2018
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	200.806.829,33	193.199.831,53	187.044.274,44	182.082.245,51
Ativo Circulante Líquido *	8.525.211,49	9.529.236,62	6.621.678,69	6.293.357,18
Ativo Líquido Total	210.175.945,79	204.482.799,61	194.577.031,73	197.727.723,82
Fundos Próprios	109.896.503,69	107.826.876,87	101.219.988,41	111.550.916,12
Passivo M/L Prazos	35.034.167,63	61.653.739,08	56.253.439,32	58.626.771,82
Passivo C/ Prazo (exceto Acresc./Diferim. e Provisões)	42.763.488,29	13.501.047,93	12.305.478,90	8.138.676,23
Total Passivo	100.279.442,10	96.655.922,74	93.357.043,32	86.176.807,70
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	110%	112%	108%	129%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	52%	53%	52%	56%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	0,20	0,71	0,54	0,77
Grau de dependência do ML Prazo (Div.ML Prazo/Ativo total)	16,67%	30,15%	28,91%	29,65%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	55%	56%	54%	61%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	35%	64%	60%	68%

* Ativo Circulante Líquido= Disp.+Div.Rec.C.P.+Existências

7.2 Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excecional de dívida.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Do quadro a seguir apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 40 milhões e os 60 milhões de euros. A dívida total do Município a 31/12/2018 ascende a cerca de 68,5 milhões de euros, correspondendo 65,7 milhões ao Município e 2,8 milhões de suas participadas.

Em termos da dívida total, verificou-se uma redução de dívida de 1 milhão de euros (- 1,46%), face a 2017 e no período entre 31/12/2013 e 31/12/2018, uma redução de 15,3 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 10,61%.

Decorrente do ARD, e nos termos do art.º 90º, da LOE/2019, foi solicitada autorização de exceção quanto ao agravamento da dívida, estando o Município a aguardar a resposta dos membros do Governo (Finanças/Autarquias/Ambiente).

Importa dar continuidade à definição de critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52º, nº 4.

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Receita corrente líquida cobrada	31 707 319	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405	42 263 075	43 815 922
Média nos 3 exercícios	32 137 346							
Média nos 3 exercícios		34 053 912						
Média nos 3 exercícios			35 887 915					
Média nos 3 exercícios				38 375 975				
Média nos 3 exercícios					39 977 995			
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores			48 206 020	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014				
	51 080 868	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2015						
		53 831 872	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2016					
	57 563 962	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2017						
		59 966 993	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2018					
PASSIVO	99 812 609	96 005 704	103 118 848	99 384 901	100 279 442	96 655 923	93 357 043	86 176 808
(-) PROVISÕES	677 543	946 881	2 648 730	1 606 607	1 309 801	1 014 515	5 403 002	462 089
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	20 478 758	20 702 297	18 054 324	19 945 740	21 171 986	20 486 621	19 395 123	18 949 271
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	1 028 615	238 801	319 471	212 462	304 980	307 942	294 983	421 192
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL				1 507 423	1 292 077	1 076 731	861 385	161 510
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1 025 701	997 116	1 078 089	803 444	1 318 087	856 648	911 954	465 927
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL (1)	76 601 992	73 120 609	81 018 234	75 309 224	74 882 512	72 913 465	66 490 596	65 716 819
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS								
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)		2 812 352	2 439 977	2 315 794	1 539 772	3 041 320	2 800 580	
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)			83 830 586	77 749 200	77 198 306	74 453 237	69 531 916	68 517 400
EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO				-26 668 333	-23 366 434	-16 889 275	-9 564 924	-8 550 407
10% MONTANTE EM EXCESSO				-2 666 833	-2 336 643	-1 688 927	-956 492	-855 041
LIMITE DA DÍVIDA EM 31/12/2018								68 575 424
REDUÇÃO DE DÍVIDA				6 081 385	550 894	2 745 069	4 921 321	1 014 517
						15 313 186		

a) A diferença para a Ficha do Município emitida pela DGAL apresenta outros valores que estão associados, na sua maioria aos adiantamentos por conta de vendas.

Varição Dívida %	-1,46%
Varição excesso dívida %	-10,61%

58 024
valor de dívida inferior
ao limite aceite



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso

À data de 31/12/2018, na consulta ao portal autárquico – pagamentos em atraso não se verificam valores em atraso e o prazo médio de pagamento é de 99 dias, que supera o indicado para 31/12/2017 (89 dias), assistindo-se à seguinte evolução:

2018	ANOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DIAS	APURADO	590	755	635	500	478	89	99
	REDUÇÃO			120	135	22	389	
	AUMENTO		165					10

Apresentou declaração sobre os recebimentos em atraso num total de 3.550.518,66 €, dos quais 166.287,04 €, se encontram em processo judicial e 379.249,10 €, já transitaram para execução fiscal.

A este valor acrescem as dívidas indicadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira num total de 2.859.222,88€, que apenas constam da declaração de recebimentos em atraso. Este procedimento resulta do facto da informação disponibilizada, pela AT ser insuficiente, nomeadamente quanto à probabilidade da sua boa cobrança. De referir que o valor sofreu um agravamento face a 2017 de 634.351,17 €.

	2018	2017	2016	2015	2014
CA	1.589,23				325,59
IMI	556.456,61	655.351,75	903.365,52	903.365,52	782.363,70
IMT	1.890.761,34	1.224.058,08	1.233.200,65	1.233.200,65	1.403.601,93
IUC	410.415,70	345.461,88	342.037,29	342.037,29	304.583,80
TOTAL	2.859.222,88	2.224.871,71	2.478.603,46	2.478.603,46	2.490.875,02
VARIAÇÃO	634.351,17	-253.731,75	-	-12.271,56	

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um processo que revela complexidade e, como qualquer processo desta natureza merece reflexão, face aos resultados apurados. Importa referir que este processo tem vindo a ser executado com dificuldades, mas com um melhor empenho, facto que se nos afigura ser de realçar. Reforça-se que o contributo de todos os serviços é imprescindível, para a obtenção de resultados fidedignos.

Com recurso à experiência adquirida nos anos de aplicação do normativo POICAL, quanto a esta matéria e, dada a alteração legislativa quanto ao sistema contabilístico (**SNC-AP**), a iniciar em **1 de janeiro de 2018**, propõe-se que sejam desenvolvidos todos os esforços para a implementação da norma **NCP 27 – Contabilidade de Gestão e NCP 25 – Relato por Segmentos**, de forma a dar cumprimento ao estabelecido para o futuro.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS

Devem ser reforçadas, implementadas e alteradas ações e procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratualizar.
- Face ao valor da dívida apurada, os investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderado o limite da dívida que a nova lei das finanças locais prevê.
- Monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município.
- Continuidade dos procedimentos quanto ao sistema de faturação dos direitos a receber e consequente acompanhamento mensal dos recebimentos de clientes, contribuintes e utentes e outros devedores, cujo impacto se reflete na tesouraria do Município.
- Continuidade na monitorização e complementaridade do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas para o ano de 2019.
- Continuidade de trabalhos tendentes à implementação do SNC-AP. Com a publicação do normativo contabilístico assente no SNC-AP, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2017, posteriormente adiada para 2018, 2019 e agora para janeiro de 2020, através:
 - Decreto-Lei, nº 192/2015, de 11 de setembro, que apresenta o seu articulado legislativo, traduz ainda:
 - ANEXO I – Estrutura concetual da informação financeira pública;
 - ANEXO II – Normas de contabilidade pública, compostas por:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

NCP	1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP	2	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Locações
NCP	7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura
NCP	12	Contratos de Construção
NCP	13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP	14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP	15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP	16	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP	17	Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP	18	Instrumentos Financeiros
NCP	19	Benefícios dos Empregados
NCP	20	Divulgações de Partes Relacionadas
NCP	21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP	22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP	23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP	24	Acordos Conjuntos
NCP	25	Relato por Segmentos
NCP	26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP	27	Contabilidade de Gestão

▪ Anexo III – Plano de Contas Multidimensional

- Manual de Implementação, elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2 versão junho de 2017);
 - Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
 - Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto – Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- Decorrente do Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, importa dar relevância à introdução e aplicação dos processos impostos pelo referido regulamento, nomeadamente:

Estabelecer políticas e procedimentos que permitam reagir a qualquer falha de segurança e notificar as autoridades competentes nos prazos estabelecidos.	Rever impressos, formulários, políticas de privacidade. Verificar se a linguagem utilizada é clara, acessível e se são fornecidos aos titulares dos dados, toda a informação a que o RGPD obriga.	Preparar e estabelecer mecanismos de resposta ao exercício dos novos direitos pelos titulares dos dados: Direito ao Esquecimento; Direito à Portabilidade de dados.	Preparar a designação e funções do Encarregado de Proteção de Dados. Deve documentar de forma detalhada todas as atividades relacionadas com tratamento de dados pessoais.
Analisar com que fundamento legal se está a processar dados. Caso seja com base no consentimento, terá de se rever o consentimento dado, para apurar se respeita todas as novas exigências, ou se será necessário obter novo consentimento.	Rever os contratos de subcontratação de serviços realizados no âmbito de tratamento de dados pessoais, para verificar se cumprem com os requisitos exigidos pelo RGPD.	Garantir que existem regras específicas para provar que todos os requisitos legais são cumpridos. Realizar uma auditoria/Assessment para verificar o que se tem de fazer para cumprir com o RGPD (Accountability).	Verificar onde estão alojados os dados e se há transferência de dados para fora da União Europeia (e nesse caso se é legítima).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

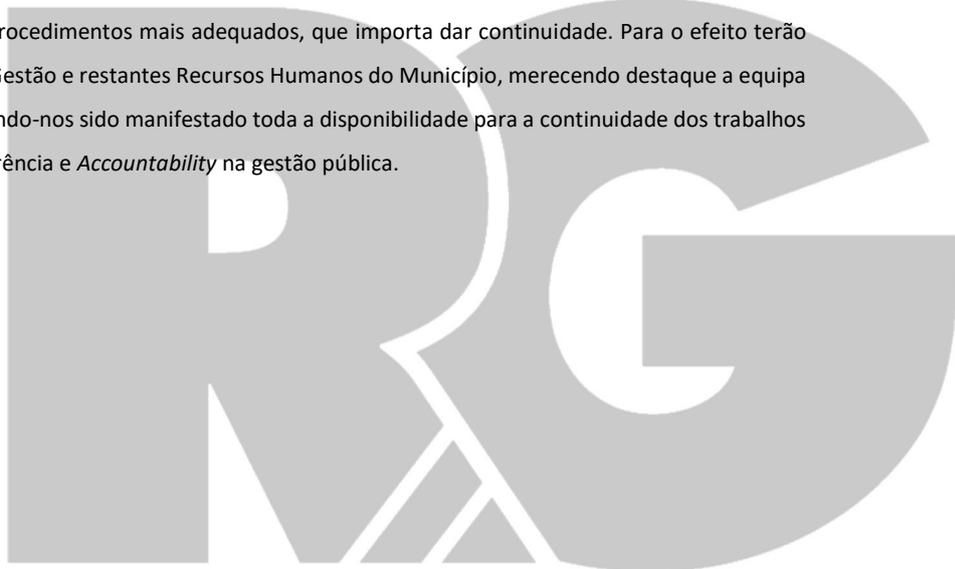
Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

- De forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à nova teoria explicativa da motivação da fraude, a “Estrela da fraude”, assente nas pontas da referida estrela designadas por: - “Pressões situacionais”; - “Oportunidades de concretização”; - “Capacidade do fraudador”; - “Ganância/Ambição do fraudador”; e - “Racionalização do fraudador”. O Relatório Anual de Avaliação de Gestão do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2018, não se encontra elaborado na data do presente relatório.

Associando a esta problemática, e face às alterações ocorridas na faturação e arrecadação da receita proveniente da venda de água, a área de disponibilidades merece uma reestruturação adequada, nomeadamente a revisão de todos os procedimentos e encerramento de caixas consideradas desadequadas.

- Quanto ao Balanço Social do ano de 2018, o mesmo encontra-se elaborado e relata as situações ocorridas no exercício.
- Nesta sequência importa dar a devida atenção à Lei nº 83/2017, de 18 de agosto que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, onde as pessoas politicamente expostas (PEP’s) e respetivos membros próximos da família, assumem um papel relevante.
- Realça-se o acordo de regularização de dívida foi firmado ao abrigo do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Segundo este diploma para a dívida de 4.720.424,16€, serão associados 70% dos juros vencidos até 31/12/2018, num total de 2.972.902,88 € e até à data de assinatura do contrato o valor de 64.948,53 €, com um perdão de juros no valor de 1.274.101,24€. Nestes termos, o valor do montante em dívida ascende a 7.758.275,57€, a pagar em 100 prestações trimestrais, com início em 15/06/2019, até 15/03/2044. A taxa de juro deste acordo está definida em 3,3425%, num total de juros de 3.275.360,05 €, o que perfaz um total a pagar de 11.033.635,62 €.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito terão contribuído Todos os intervenientes na Gestão e restantes Recursos Humanos do Município, merecendo destaque a equipa da divisão administrativa e financeira, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prol da transparência e *Accountability* na gestão pública.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

11. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de realçar a disponibilidade dos Colaboradores, Dirigentes e Técnicos afetos à área financeira, que com empenho e reconhecido respeito, de uma forma célere e pronta nos facultaram resposta aos assuntos e acompanhamento dos procedimentos solicitados.

Por fim, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Évora, 16 de abril de 2019

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho

ROC nº 658 – CMVM nº 20160302





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Membros do Órgão Deliberativo do Município de Évora

Elaborámos o Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Órgão Executivo do **Município de Évora**, respeitantes ao exercício de 2018.

No âmbito das nossas funções acompanhámos, a gestão e atividade do Órgão Executivo Municipal, através de reuniões, da análise de diversa documentação e procedemos à revisão da contabilidade e documentação de suporte, por amostragem, tendo-se recebido as informações e esclarecimentos que solicitámos. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas elaborámos: - o Relatório Anual sobre o Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras, aprovados pela Câmara Municipal e a Certificação Legal das Contas, cujos conteúdos se dão aqui por integralmente reproduzidos.

Os documentos de prestação de contas, elaborados de acordo com os registos contabilísticos e respetivas disposições legais aplicáveis, permitem efetuar com razoabilidade uma apreciação da situação orçamental, económico-financeira do Município, assim como dos resultados e fluxos de caixa alcançados.

O relatório de gestão está conforme as contas do exercício e refere, em termos gerais, os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida, destacando os aumentos e reduções verificados nas contas, os investimentos realizados, o nível de Recursos Humanos, a situação económico-financeira em que se encontra.

Face ao exposto, nos documentos apresentados, merece destaque que:

- No final do exercício de 2017 e em 2018, foi efetuada uma alteração e melhorias ao nível do sistema de faturação e arrecadação da receita da água. Neste sentido a área de disponibilidades, merece uma reestruturação adequada. Propomos a revisão de todos os procedimentos, encerramento de caixas e controlo de maior profundidade nesta área.
- O Município não apresenta pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento apresentado é de 99 dias.
- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85% apresentando no ano de 2018 uma execução de 81%, aproximando-se do referencial base.
- No âmbito da dívida total, verificou-se uma redução de 1 milhão de euros (- 1,46%), face a 2017 e no período entre 31/12/2013 e 31/12/2018, uma redução de 15,3 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 10,61%.
O valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) deve situar entre os 40 milhões e os 60 milhões de euros.
A dívida total do Município a 31/12/2018 ascende a cerca de 68,5 milhões de euros, correspondendo 65,7 milhões ao Município e 2,8 milhões de suas participadas.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Decorrente do Acordo de Regularização de Dívida, firmado com a entidade Águas de Vale do Tejo, S.A., e nos termos do art.º 90º, da LOE/2019, foi solicitada autorização de exceção quanto ao agravamento da dívida, por via do sistema das águas, estando o Município a aguardar a resposta dos Membros do Governo (Finanças/Autarquias/Ambiente).

- Neste exercício deu cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, sem recurso a cláusula especial.
- Apresenta fundos disponíveis na sua maioria positivos.
- Dando continuidade aos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, apresenta declaração dos compromissos plurianuais existentes no final do exercício, no total de 87,5 milhões de euros.
- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

Estas situações não modificam a nossa opinião.

Somos de opinião que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018 e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados pela Assembleia Municipal.

Importa referir que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito contribuiu a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como os Colaboradores dos Serviços do Município, merecendo destaque a Equipa do Departamento de Administração e Pessoal.

Resta-nos igualmente agradeceremos ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, bem como aos restantes Membros da Assembleia, a confiança em nós depositada, manifestando a nossa disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional que seja entendido por conveniente.

Évora, 27 de abril de 2019

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

Representada por
Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (ROC n.º 658 – CMVM n.º 20160302)





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do **Município de Évora**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de **197.727.723,82€** e um total de fundos próprios de **111.550.916,12€**, incluindo um resultado líquido de **2.186.031,46€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **46.463.399,82€**, de despesa paga e um total de **48.499.801,58€**, de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Évora**, em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais, ainda neste exercício.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- No final do exercício de 2017 e em 2018, foi efetuada uma alteração e melhorias ao nível do sistema de faturação e arrecadação da receita da água. Neste sentido a área de disponibilidades, merece uma reestruturação adequada. Propomos a revisão de todos os procedimentos, encerramento de caixas e controlo de maior profundidade nesta área.

- O Município não apresenta pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento apresentado é de 99 dias.

- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85% apresentando no ano de 2018 uma execução de 81%, próxima do referencial base.

- No âmbito da dívida total, verificou-se uma redução de 1 milhão de euros (- 1,46%), face a 2017 e no período entre 31/12/2013 e 31/12/2018, uma redução de 15,3 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 10,61%.

O valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) deve situar entre os 40 milhões e os 60 milhões de euros.

A dívida total do Município a 31/12/2018 ascende a cerca de 68,5 milhões de euros, correspondendo 65,7 milhões ao Município e 2,8 milhões a participadas.

Decorrente do Acordo de Regularização de Dívida e nos termos do art.º 90º, da LOE/2019, foi solicitada autorização de excepcionalmente quanto ao agravamento da dívida, por via do sistema das águas, estando o Município a aguardar a resposta dos Membros do Governo (Finanças/Autarquias/Ambiente).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Neste exercício deu cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, sem recurso a cláusula especial.
- Apresenta fundos disponíveis na sua maioria positivos.
- Dando continuidade aos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, apresenta declaração dos compromissos plurianuais existentes no final do exercício, no total de 87,5 milhões de euros.
- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

As situações referidas, não modificam a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com a norma contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar e votar o processo de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Évora, 17 de abril de 2019

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho
ROC nº 658 – CMVM nº 20160302

